

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 1973

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

##### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

###### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



### 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura Ata da 169.<sup>a</sup> Sessão (Extraordinária), realizada em 18 de setembro de 1973. — (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Domicio Scaramella.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguiñaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (38); achando-se ausentes os srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Emílio Carazzai — Paulo Camargo — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (9)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Votos governamentais

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 38 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 207-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 148-72, de autoria do Dep. Arizone Mendes Araújo, que transfere ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Itaipera do Oeste. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 19 quarta-feira às 14.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:  
Discussão única — da Proposição n.º 210-73  
Levanta-se a Sessão.

### 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura Ata da 170.<sup>a</sup> Sessão Ordinária, realizada em 18 de setembro de 1973. — (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, Secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguiñaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Fabiano Braga Cortes — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (39); achando-se ausentes os srs. Deputados Santos Lima — Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Emílio Carazzai — Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE:**

#### MENSAGENS:

MENSAGEM 79-73

Curitiba, 10 de setembro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo de Convênio celebrado em 10 de junho de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e Instituto Nacional do Livro órgão do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

Termo de Convênio celebrado entre o Instituto Nacional do Livro, Órgão do Ministério da Educação e Cultura, aqui representado por sua Diretora, a escritora Maria Alice Barroso, e o Governo do Estado do Paraná, através de sua Secretaria de Educação aqui representada pelo Sr. Secretário Prof. Luiz

Gabriel Sampaio, visando a execução do Programa do Livro Didático Ensino Fundamental 73-74, bem como a dotar o aluno do primário, dessa Unidade Federada dos livros necessários a um melhor rendimento escolar.

Considerando a necessidade de ação continuada e sistemática na área do Livro Didático;

Considerando que, para a produtividade do Sistema Escolar, o Livro Didático é de suma importância;

Considerando que os Convênios firmados em 1971 e 1972, entre este Instituto e as Unidades da Federação com o mesmo objetivo do presente, obtiveram resultados considerados satisfatórios;

Considerando que, cada vez mais, se torna indispensável, para um atendimento adequado e tendo-se em vista a amplitude dos objetivos comuns, uma ampla conjugação dos esforços e recursos disponíveis nas áreas federal e estadual, o Instituto Nacional do Livro, doravante denominado Instituto, e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná doravante denominada Secretaria aos 10 dias do mês de junho de 1973 nesta cidade de Brasília (DF), acordam em:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

O Instituto, para a execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74, resolve adotar os critérios abaixo relacionados, os quais deverão ser cumpridos pela SECRETARIA:

a) O Programa visa ao atendimento de alunos das 4 (quatro) primeiras séries do Ensino Fundamental em todas as Unidades da Federação, com prioridade para aqueles carentes de recursos financeiros;

b) Os livros devem ser distribuídos exclusivamente nas Escolas da Rede Oficial (Estadual ou Municipal);

c) Cada aluno deve receber no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) livros;

d) Só poderão receber livros do Programa 73-74 os Municípios que mantêm ou venham a manter até março de 1974, Bibliotecas Públicas Municipais ou Salas-de-Leitura registradas no Instituto;

e) As unidades Federadas devem distribuir, obrigatoriamente, no mínimo 5% e no máximo 10% da quantidade de livros recebidos para as Bibliotecas Públicas Municipais ou Salas-de-Leitura registradas no Instituto;

f) Terão prioridade para atendimento os Municípios envolvidos em experiências de Reforma, restringindo-se essa distribuição aos alunos carentes de recursos financeiros

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O Instituto obriga-se a entregar, até 15.03.74 401.000 (quatrocentos e um mil) livros correspondentes à quantidade estipulada no Documento Básico — Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74 (PLIDEF), para o ano letivo de 1974, na Unidade Federada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

Cabe à Secretaria avaliar e selecionar entre os títulos constantes da "Resolução dos Livros Didáticos Aprovados para Coedição — 1973", os mais adequados ao trabalho educativo em suas áreas, levando-se em consideração interesses, necessidades e peculiaridades da Unidade Federada.

#### CLÁUSULA QUARTA:

Cabe à Secretaria elaborar o Plano de Distribuição dos livros a serem enviados pelo Instituto, atendendo aos critérios estabelecidos no Capítulo das obrigações das Unidades Federadas e nas recomendações do Documento Básico — Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74 e às necessidades de caráter regional

#### CLÁUSULA QUINTA:

Os livros a serem entregues à Secretaria têm o valor estimado de Cr\$ 2.606.500,00 (dois milhões, seiscentos e seis mil e quinhentos cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEXTA:

O Governo da Unidade Federada, através da Secretaria obriga-se a participar, com recursos financeiros, do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74, em contraprestação aos livros que vier a receber consoante à Cláusula 2.a deste Convênio, de modo a assegurar, nos anos subsequentes, continuidade e estímulo ao Programa e ao desenvolvimento progressivo do Fundo Nacional do Livro Didático

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

A Secretaria depositará em favor do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), na Agência Central do Banco do Brasil, Brasília (DF), conta n.º 405.679-5 até 30.06.1974 a contra partida financeira cujos valores mínimos são indicados no Documento Básico — Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

#### CLÁUSULA OITAVA:

A partir de 1.º de novembro, o Instituto enviará, às Unidades Federadas, Termo Aditivo no qual confirmará ou alterará a quantidade de livros destinada à Secretaria bem como a Secretaria, até 31.12.1973, o devolverá devidamente assinado, confirmando a contrapartida a ser por ela depositada no Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

#### CLÁUSULA NONA:

Fica Expressamente Proibida a venda de livros do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74 destinados à Secretaria.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

A Unidade Federada deverá implantar, progressivamente, o Banco do Livro. Em 1973, será obrigatória essa implantação, no mínimo em 10% das Escolas de 1.º grau atendidas pelo PLIDEF 73-74.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A Secretaria se cingirá, na execução do presente Convênio, às determinações e princípios consignados no Documento Básico — Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74, os quais passam a fazer fundamentar os propósitos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O Instituto poderá modificar o número de exemplares destinados à Secretaria, nos termos da Cláusula 2.a deste Convênio, se razões de ordem administrativa e/ou financeira assim o exigirem, notificando-a antecipadamente para que tal modificação fique consignada em Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

A Secretaria se obriga a criar uma Equipe de Trabalho para execução do Programa bem como a estabelecer um sistema de controle e avaliação dos resultados da aplicação do mesmo na Unidade Federada e informar ao Instituto do andamento do PLIDEF, sempre que solicitada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

A Secretaria se obriga a realizar "Cursos de Atualização de Professores para utilização do Livro Didático" aos professores das localidades selecionadas para receberem livros do Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

Os Municípios que ainda não tiverem Biblioteca Pública Municipal ou Sala-de-Leitura registrada no Instituto, poderão mediante assinatura de Termo



de Compromisso com a Secretaria, para instalação de uma Biblioteca ou Sala-de-Leitura, ser incluídos entre aqueles beneficiados pelo PLIDEF 73-74.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O Instituto poderá fiscalizar, sem prévia notificação, a fiel observância do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental, na Unidade Federada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

A Secretaria se obriga a cumprir os prazos estabelecidos no cronograma incluído no Documento Básico — Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 73-74.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

Qualquer infringência, por parte da Secretaria, às cláusulas do presente Convênio, importará no seu cancelamento total ou parcial suspendendo-se, a juízo do Instituto, a validade de medidas concertadas para ulterior execução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Fica eleito o foro da cidade de Brasília (DF), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Convênio.

E por se acharem de acordo com as cláusulas e condições do presente Convênio assinam as partes convenientes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas do Assessor do Livro Didático do Instituto e do Coordenador do Livro Didático da Secretaria também abaixo assinadas, e a tudo presentes.

MARIA ALICE BARROSO

LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Secretário de Educação

Testemunhas:

COSETE RAMOS — Assessor Livro Didático — Instituto  
as. ilegível — Coordenador Livro Didático — Secretaria  
A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 80-73

Curitiba, 10 de setembro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Itaipua do Sul, Japurá, São João do Caiuá, Mariluz e Sengés, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES — Governador do Estado

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPUA DO SUL ESTADO DO PARANÁ

##### CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Itaipua do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 18 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Edson Moreira Guimarães, Prefeito Municipal de Itaipua do Sul, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-48), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 09/73 de 12-06-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONVENIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e verba de custeio do orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — EXECUÇÃO DO CONVENIO

A Secretaria da Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Itaipua do Sul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtos;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou assessorios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

IV — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — VIGENCIA

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 18 de julho de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Edson Moreira Guimarães — Prefeito Municipal de Itaipua do Sul

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ

##### ESTADO DO PARANÁ

##### CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Japurá, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Onofre Tertuliano Rodrigues, Prefeito Municipal de Japurá, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-48), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 020/73 de 02-07-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO DE CONVENIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — EXECUÇÃO DO CONVENIO

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Japurá, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;



- I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos ou órgãos componentes locais;
- II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — VIGÊNCIA

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 20 de julho de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Onofre Tertuliano Rodrigues — Prefeito Municipal de Japurá

Testemunhas:  
(Ass. ilegíveis)  
(Ass. ilegíveis)

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUA ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE CONVÊNIO que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São João do Caiuá, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Wilson Antonio Pelarin, Prefeito Municipal de São João do Caiuá, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização Governamental datada de 22 de julho de 1972, resolveram mediante às cláusulas do presente termo do convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETIVO DO CONVÊNIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem à harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÕES E LEGISLAÇÕES

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica Municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
  - b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
  - c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de São João do Caiuá, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste Convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:
- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
  - b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleo lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retíficas ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de rádio comunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não da Delegacia de Polícia local

#### CLÁUSULA QUARTA — DA CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

As contribuições da municipalidade para efetivação deste Convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e para execução de controle específicos haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com o Delegado de Polícia local responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA

O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — VIGÊNCIA

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os efeitos legais.

Curitiba, 30 de julho de 1973.

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Wilson Antonio Pelarin — Prefeito Municipal de São João do Caiuá

Testemunhas:

José M. do Nascimento  
Eraylton Moreschi

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ ESTADO DO PARANÁ

#### CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Mariluz, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 7 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o senhor Joaquim Lopes Gutierrez, Prefeito Municipal de Mariluz, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios, (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 454/73 de 30-06-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONVÊNIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através dos recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56) nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
  - b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
  - c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de Mariluz, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:
- a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;
  - b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;



II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento do implementos ou acessórios, indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — VIGÊNCIA

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 07 de agosto de 1973

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Joaquim Lopes Gutierrez — Prefeito Municipal de Mariluz

Testemunhas:

(Ass. Ilegível)

(Ass. Ilegível)

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, Pr., com a finalidade de trazer normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Kurique Caname, Prefeito Municipal de Bom Sucesso, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 72.7.1972, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visam a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Art. 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Bom Sucesso Pr., em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação.

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária, e para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica Municipal, conjuntamente com o Delegado da Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas estipuladas as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Bom Sucesso, ... de ... de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública

Dr. Kurique Caname — Prefeito Municipal

J. M. Nascimento — Testemunha

E. Moreschi — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

#### CONVENIO

Termo de convênio, que entre si fazem, a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Colombo, Estado do Paraná, com a finalidade de trazer normas de mútua cooperação, tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 4 dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Prefeito Municipal, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Riolando Fransolino, Prefeito Municipal de Colombo, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei 64, de 21 de fevereiro de 1948 (Lei Orgânica dos Municípios) e tendo em vista a autorização governamental, datada de 22 de julho de 1972 e do Poder Legislativo Municipal (Lei 5-73, de 15 de junho de 1973), resolvem, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Do Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais, à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação, que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Das Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, dentre outros, de apurações das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que tenham sido objeto deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Colombo, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" da cláusula anterior, e diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos, ou indiretamente, mediante contrato com empresas privadas, especializadas:

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais, atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos fabricantes;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;



IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimentos de implementos ou acessórios indispensáveis à atividades dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos as substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário, e das instalações internas ou externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local. Pelo mau uso, devidamente comprovado.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio, processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específico, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local; responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil) em especial:

a) — No controle e fiscalização, pela Prefeitura Municipal de Colombo, para o fornecimento de combustível e óleo lubrificantes;

b) — Nos cuidados necessários na utilização dos equipamentos, principais acessórios, não estando obrigada a Municipalidade a repor ou reparar equipamentos avariados pelo mau uso, devidamente comprovado.

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por prazo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis (6) meses, depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através ato epistolar de uma das autoridades signatárias, ou de plano, por infringência de qualquer cláusula convencional.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade de Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, a dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à Coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes, firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Colombo, 4 de julho de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Rioldo Frausolino — Prefeito Municipal de Colombo

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGES ESTADO DO PARANÁ

#### CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Senges, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezoito dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Michel Dib, Prefeito Municipal de Senges, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 05/07/73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONVENIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais, à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotação do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de purgação de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — EXECUÇÃO DO CONVENIO

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento

A Prefeitura Municipal de Senges, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotação orçamentária própria, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil)

#### CLAUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias

#### CLAUSULA SEXTA — VIGÊNCIA

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — CELERIDADES DO APOIO

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, a dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais Curitiba, 18 de julho de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Michel Dib — Prefeito Municipal de Senges

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### MENSAGEM

81/73

Curitiba, 10 de setembro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Balsa Nova, Bom Sucesso, Colombo, Formosa, Inajá, Ivatuba, Quinta do Sol, Planaltina do Paraná, Pérola, Tamboara e Tapira, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração

(a) — EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE Balsa Nova ESTADO DO PARANÁ

#### CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Balsa Nova - Pr. com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 26 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Vitorio Seguro, Prefeito Municipal de Balsa Nova, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX), da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), e tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72, publicado no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONVENIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÕES E LEGISLAÇÕES

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de purgação de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.



**CLÁUSULA TERCEIRA — DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica Municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Balsa Nova - Pr., em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotação orçamentária própria, consignada anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLÁUSULA QUARTA — DA CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica Municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLÁUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLÁUSULA SEXTA — VIGÊNCIA**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 26 de junho de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Vitorio Seguro — Prefeito Municipal de Balsa Nova - Pr.

Testemunhas:

José M. do Nascimento

Eraylton Moreschi

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA****CONVÊNIO**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Formosa, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três, no gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública, do Estado do Paraná e o Senhor Vitor João Tissiani, Prefeito Municipal de Formosa, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-7-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 19-73 de 2 de maio de 1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objeto deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Formosa, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos;

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação**

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia**

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLÁUSULA SEXTA — Vigência**

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio**

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 7 de junho de 1973.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança

Vitor João Tissiani

Prefeito Municipal

Testemunha

(Assinatura ilegível)

Testemunha

(Assinatura ilegível)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Inajá, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Prefeito Municipal de Inajá, presentes o Senhor General Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Delmiro Fiori, Prefeito Municipal de Inajá, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio**

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e preservação da



tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objeto deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Inajá, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas as substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado

Mário Carneiro Portes

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que reproduza os seus efeitos legais.

Curitiba, 5 de julho de 1.973.

Mário Carneiro Portes  
Secretário de Segurança Pública  
Delmiro Fiori  
Prefeito Municipal de Inajá  
José Maria do Nascimento  
Testemunha  
Eraylton Moreschi  
Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Ivatuba, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Joaquim Vieira de Almeida, Prefeito Municipal de Ivatuba, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objeto deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Ivatuba, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas as substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que reproduza os seus efeitos legais.

Curitiba, 5 de julho de 1973

Mário Carneiro Portes  
Secretário de Segurança Pública  
Joaquim Vieira de Almeida  
Prefeito do Município de Ivatuba  
José Maria do Nascimento  
Testemunha  
Eraylton Moreschi  
Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL QUINTA DO SOL

#### CONVENIO

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Viana Pereira, Prefeito Municipal de Quinta do Sol, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-7-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 010-73 de 30-6-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à popu-



lação local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção a preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecido na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação a chefia do setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma autoridade signatária.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 09 de julho de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

JOSÉ VIANA PEREIRA — Prefeito Municipal

JOSÉ MARIA DO NASCIMENTO — Testemunha

ERAYLTON MORESCHI — Testemunha

#### CONVENIO

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Pêrola, na do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 20 (vinte) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Jaci Honório Malaquias, Prefeito Municipal de Planaltina do Paraná, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual ao artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 88.73 de 29.06.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio.

Fixar recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

veitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais dos municípios ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Planaltina do Paraná, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgão competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas, dos órgãos, lotados ou não da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 20 de julho de 1973.

MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

JACI HONÓRIO MALAQUIAS — Prefeito Municipal

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

#### CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Pêrola com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 12 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Elizeu Lannos do Carmo, Prefeito Municipal de Pêrola, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 — (itens VIII e IX) — da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 142 de 25.05.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio



A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais dos municípios ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Pérola, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior.

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgão competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados material de limpeza e conservação;

VI — Concerto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas, dos órgãos, lotados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento as necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos a coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 12 de julho de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

ELISEU LANNES DO CARMO — Prefeito Municipal

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

#### CONVÊNIO

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Tamboara, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 20 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Setembrino Fernandes Ragnini, Prefeito Municipal de Tamboara, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948), tendo em vista a autorização governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná n. 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 333 de 06.07.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com util aproveitamento de dotações da FUNRESFOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais dos municípios ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Tamboara em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgão competentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados material de limpeza e conservação;

VI — Concerto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas, dos órgãos, lotados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento as necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos a coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 20 de julho de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

SETEMBRINO FERNANDES RAGNINI — Prefeito Municipal

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Tapira, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente para a Delegacia de Polícia local e manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 19 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Antonio J. Ribeiro, Prefeito Municipal de Tapira, tendo em vista o que preceitua o Art. 117 da Constituição Estadual e o Art. 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.7.1972 resolveram, mediante as cláusulas do presente convenio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem com util aproveitamento de dotações do FUNRESFOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação.

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56) nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, e manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

— A Secretaria da Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Tapira, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;



III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLAUSULA SEXTA — Vigência

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento à necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 19 de julho de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

ANTONIO J. RIBEIRO — Prefeito Municipal de Tapira

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob o n.º 249-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n.º 50/73 do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), à Senhora Maria Araújo Maia, viúva do membro da Polícia Militar do Estado, Manoel Rufino Maia. — A C.C.J.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 198-73.

— de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 124-73.

Requer, outrossim, após a parvação do presente se dê ciência à família enlutada através expediente desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — Rosário Pitelli

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Francisco Segabinazzi, um dos mais antigos moradores de Cornélio Procopio, ocorrido dia 15 do corrente.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar e a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, pelo falecimento ocorrido em São Paulo do Sr. José Galdino da Costa.

O extinto era pessoa amplamente relacionada na cidade de Santa Amélia, onde o Sporte Clube local tem o seu nome, Galdinópolis.

Requer, outrossim, que da decisão do presente se dê ciência à família enlutada e ao Sporte Clube Galdinópolis.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — Gabriel Manoel

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento em Tibagi, do Senhor João Francisco de Souza, tronco de tradicional família daquele Município.

Solicita também, que da manifestação desta Casa se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — David Federmann

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Francisco de Souza em sua laboriosa vida muito contribuiu para o desenvolvimento do Município de Tibagi, face ao seu descortínio e pioneirismo. Deixa inúmeros descendentes no Município e que por certo continuarão o seu trabalho profícuo e sempre realizado e mtermos comunitários.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Mário Ponzoni, ocorrido no dia 13 do corrente, na cidade de União da Vitória.

Figura das mais conhecidas e conceituadas naquele Município, deixa o Se-

nhor Mário Ponzoni, uma grande lacuna no círculo de amizades, dificilmente a ser preenchida pelo seu espírito de trabalho e bondade.

Requer, outrossim, seja dado ciência do teor deste Requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — Domício Scaramella

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem à Casa, após aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Frederico Coradin, ocorrido no dia 15 do corrente, na cidade de União da Vitória.

O extinto, pessoa de real prestígio em todos os círculos comerciais e industriais, pelo que contribuiu com uma grande parcela para o desenvolvimento da região com seu espírito empreendedor e lutador, abrindo-se desta forma, uma lacuna dificilmente a ser preenchida.

Outrossim, requer, seja dada ciência do teor deste Requerimento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — Domício Scaramella

(a) — Luiz Roberto Soares

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Alexandre Leite dos Santos, avô do Senhor Moacir Costa, Prefeito de Japira e genitor do Senhor Wilson Leite, ex-Prefeito da mesma cidade.

O extinto era pessoa amplamente relacionada nos meios sociais e políticos de Japira, onde desfrutava de grande popularidade.

Requer, outrossim, que da decisão do presente se dê ciência à família enlutada, na pessoa de seus filhos Wilson Leite, Waldir Leite dos Santos e de seu neto Moacir Costa, Prefeito de Japira, bem como à Câmara Municipal local.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — Gabriel Manoel

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa dos discursos proferidos, no encerramento da Convenção Nacional da ARENA, em 15 do corrente, pelo Deputado Aureliano Chaves, ao saudar os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, e pelo General Ernesto Geisel, como candidato oficial do Partido

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — Borsari Netto

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais da Casa, entrevista publicada pela revista "Veja" do eminente paisagista Roberto Burle Marx, com o propósito de aproveitar a oportunidade da realização do 2.º Congresso Florestal Brasileiro em Curitiba, de 17 a 21 do corrente, o qual contará com grande número de participantes.

O importante tema abordado por aquela autoridade, diz respeito aos recursos naturais do País e sua destruição, oportunidade em que também propõe suas soluções a tão grave problema surgido.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — Domício Scaramella

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, na forma prevista pelo Regimento Interno e após ouvido o Plenário, requer seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alfredo Buzaid, Digno Ministro de Estado dos Negócios da Justiça; ao Ilustre Senhor Engenheiro Eliseu Resende, Digno Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e ao Ilustre Senhor Engenheiro Paulo Procopiak de Aguiar, Digno Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, a fim de que sejam tomadas as necessárias providências para por um termo às queimadas que constantemente se verificam às margens das rodovias federais e estaduais, as quais, no mais das vezes, causam graves acidentes, provocando incalculáveis prejuízos materiais e ceifando vidas.

Houve, recentemente, na altura do km. 95 da Rodovia Curitiba-Ponta Grossa (BR-376), e a notícia nos foi dada pelo jornal "Folha de Londrina", edição de 7 do corrente mês, lamentável acidente, envolvendo nada mais nada menos que sete (7) veículos, provocado por fumaça produzida por queima de campo à margem daquela Rodovia.

Tal estado de coisa se está repetindo, constante e assustadoramente em nosso Estado, sem que medidas acauteladoras tenham sido tomadas para que sejam evitados acidentes, tal como o noticiado pela imprensa de nosso Estado, razão de ser do apelo que ora formulamos.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma do Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Maurício Schulman, Digno Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no sentido de que sejam estabelecidas as normas necessárias para a execução do acordo firmado entre os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, isentando do ICM — Imposto de Circulação de Mercadorias — as operações interestaduais com o sorgo e o milho para industrialização.

A ausência dessas instruções vem ocasionando, já, entraves à industrialização de tais produtos, visto que os interessados orientam a sua comercialização com base nas mesmas. Sabendo-se que o Estado de São Paulo está dando cumprimento ao convênio, fácil se torna aquilatar das dificuldades existentes, envolvendo interesses econômicos dos dois Estados, para que se mantenham as operações ajustadas que visam estabelecer esse intercâmbio.

Dai, o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho



# Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, Considerando que as bilheterias de cine mase constituem em grande fator de evasão de capital paranaense, pois de acordo com boletim informativo SIP (Setor de Ingresso Padronizado), do Instituto Nacional de Cinema, distribuído à Classe cinematográfica (docs. anexos), os principais cinemas de Curitiba arrecadaram em 1972, a soma de Cr\$ 8.508.522,56 (oito milhões, quinhentos e oito mil quinhentos e vinte e dois cruzeiros e cinquenta e seis centavos);

Considerando que a arrecadação total em todo o Estado do Paraná supera mais do que o dobro da importância citada e que os proprietários da quase totalidade de nossas casas exibidoras têm sede em outros Estados;

Considerando que o Cinema é um dos mais notáveis meios de expressão cultural e pouco praticado em nosso Estado, em virtude da falta de uma infraestrutura capaz de motivar e proporcionar oportunidades a talentos criativos na sétima arte;

Considerando ainda que o Cinema é uma indústria rentável quando produzido a nível empresarial e para isto é necessário criar condições para a manifestação de dons artísticos e formação de equipe técnica capacitada;

Requer o encaminhamento de sugestão ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido da criação de um grupo de trabalho para estudar a viabilidade da organização de uma entidade estatal ou para-estatal, com a finalidade de proporcionar condições ao desenvolvimento do cinema paranaense, criando oportunidades ao surgimento de talentos através de festivais de cinema amador e profissional, debates e palestras, orientando-se ainda numa política de incentivo ao surgimento do cinema como indústria através de incentivos e financiamentos.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1973

(a) — Maurício Fruet

# Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário da Educação e Cultura, solicitando-lhe determine realização de estudos visando a aquisição pelo Poder Público, para distribuição a todas as escolas de 2.º grau da rede estadual de ensino, de exemplares do livro "DO EXTASE À LOUCURA", de autoria do Professor e Jornalista Protásio de Carvalho, e que se constitui um libelo de alerta à comunidade contra o uso de tóxicos.

2.º — seja, desta decisão, dada ciência ao Exmo. Senhor Governador do Estado, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — João Fadel

# JUSTIFICATIVA:

Como do conhecimento geral, de há muito estamos integrados na campanha que visa erradicar o uso de tóxicos pela juventude de nossa terra, e não decorrem, ainda sessenta dias desde que apresentamos, perante esse mesmo ilustrado Plenário, Requerimento dirigido ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando-lhe determinasse elaboração de esquema especial de proteção à sede social e ao Diretor-Presidente da Liga Paranaense de Combate aos Tóxicos — LICOPAR. — Agora, vimos de conhecer o livro "DO EXTASE À LOUCURA", do professor e jornalista Protásio de Carvalho, de cuja leitura podemos nos inteirar de aspectos singulares que adquire o tráfico de entorpecentes bem como dos subterfúgios de que se valem os traficantes para conseguirem burlar a Lei. Pode-se sentir, na leitura do livro, que o autor esmiuçou o problema sob todos os ângulos dedicou-se a pesquisa séria e em bases científicas e concluiu pela elaboração de uma tese que deve ser adotada pela comunidade, qual seja, a de impedir que nossa juventude venha a ser vítima dos tóxicos e dos traficantes e encaminhando-a para as atividades através das quais seja preservada a sanidade física e mental dos adolescentes. O livro "DO EXTASE À LOUCURA" está repleto de conceitos os mais elevados e, por sua redação esmerada e excelente abordagem da matéria, entendemos ter o mesmo condições de figurar em todas as bibliotecas da rede estadual de ensino, como manual de consulta para os professores e, mesmo, para acesso aos alunos que precisam, desde logo, se conscientizarem da necessidade de motivação pessoal e integração em blocos de resistência comunitária à expansão do uso de tóxicos e ao combate aos seus traficantes.

Entendemos que os Nobres Deputados bem aquilatarão a oportunidade deste Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

# Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Senhor General Mário Carneiro Portes, Digníssimo Secretário da Segurança Pública do Estado, solicitando-lhe obsequie de providências no sentido ser fornecida viatura de Rádio Patrulha à Delegacia Regional de Polícia da Lapa, Pr.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1973

(a) — João Fadel

# JUSTIFICATIVA:

Conta o Município da Lapa, atualmente, com quarenta e nove mil habitantes, constituindo-se em cidade-polo da micro-região 5. Não obstante o desenvolvimento intenso que tem modificado a estrutura urbana e imposto novos tipos de comportamento social à sua população, a Lapa, no setor da segurança, ainda se ressentir de algumas medidas por parte da Secretaria de Segurança Pública de reconhecimento à expansão sócio-econômica e crescimento demográfico que ali ocorrem. Entre essas medidas, a que nos parece de caráter mais urgente refere-se à implantação do sistema de Rádio-Patrulha na Delegacia Regional de Polícia, pois que, além da cidade deve ser levado em conta os Distritos, cujas populações, atualmente, não contam com atendimento rápido nas emergências que requerem ação policial.

A Secretaria de Segurança Pública, através de política esclarecida de reequipamento da Polícia Civil, vem adquirindo, há tempos, viaturas especialmente adaptadas para o serviço de Rádio Patrulha e distribuindo-as às Delegacias do interior do Estado. Entretanto, até o momento o Município da Lapa não foi contemplado com a implantação daquele serviço e não é de nosso conhecimento, em detalhes, o Plano de expansão daquele serviço, daí porque nosso apelo ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública que, certamente, o receberá como contribuição nossa à sua gestão e atende-lo-á o mais breve possível, por ser o mesmo justo e procedente.

Os Nobres Deputados que sabem repousar sobre o trimônio saber-segurança-saúde a base do desenvolvimento do nosso Estado, darão ao presente seu honroso e indispensável apoio, como esperamos.

# PROJETO DE LEI:

# PROJETO DE LEI N.º 204-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas, um curso de Jornalismo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

# JUSTIFICATIVA:

Tem por escopo o presente Plano de lei autorizar o Poder Executivo a implantar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas, um curso de Jornalismo, dando, desta forma, à mocidade daquela região, uma nova opção.

Além disso, a formação de jornalistas na região citada, virá, sem dúvida alguma, oferecer novos elementos especializados aos diversos órgãos de divulgação do Norte do Estado, setor este que se vem desenvolvendo satisfatoriamente.

Em face das razões expedidas, apresentamos o presente Projeto de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Estamos retornando de Brasília, onde participamos da Convenção Nacional da Aliança Renovadora Nacional, que homologou os nomes dos Generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, como candidatos oficiais do Partido à Presidência e Vice Presidência da República, na eleição de 15 de Janeiro do próximo ano.

A Delegação do Paraná, uma das mais representativas do País, constituída por três Senadores, dezenove Deputados Federais, Deputados Estaduais e demais Delegados, participou de todas as atividades do conclave e emprestou, ao mesmo tempo, a sua colaboração com vistas ao fortalecimento partidário.

Há de se destacar, de modo especial, a participação do Governador Emílio Gomes, na Convenção de Brasília, que apoiado por toda a nossa Delegação, prestigiou-a em todos os instantes, dando assim uma demonstração da coesão existente em nosso Estado.

Em Brasília, assistimos a um espetáculo de verdadeiro civismo, na Convenção Arenista, realizada na Câmara dos Deputados, com todas as suas dependências lotadas, presentes representantes do Presidente Emílio Médici, além de Ministros de Estado, Governadores, Congressistas e Convencionais de todos os pontos do País, num eloquente testemunho da importância da ARENA.

Desejamos assinalar, também, o fato singular de que os candidatos, Generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, receberam uma votação consagratória, e que evidencia, inequivocamente, a grande unidade de nosso Partido e, também, a sua crescente vitalidade político-partidária, e que vai assegurar, igualmente, a eleição tranquila de seus candidatos aos postos supremos do País.

Ainda durante a Convenção, na Sessão Plenária, o Deputado Federal Túlio Vargas reverenciou a memória do ex-Governador Parigot de Souza, a que considerou, sob os aplausos dos Convencionais, o grande estadista do Paraná nos últimos tempos e enfatizou a felicidade do Governador Emílio Gomes, ressaltando que o novo Chefe do Executivo paranaense, embora há poucos dias no exercício do mandato, já faz evidenciar um governo de amplas realizações em favor do povo do Estado do Paraná. O parlamentar, por outro lado, destacou requerimento aprovado pela nossa Assembléia, congratulando-se com o Presidente Emílio Médici, pela indicação do atual Governador do nosso Estado.

Não poderíamos deixar de consignar, neste pronunciamento, a participação do Senador Muggiati Filho, Presidente do Executivo Regional do nosso Partido, na reunião convocada pela Comissão Executiva Nacional, quando o mesmo fez ampla relação das atividades que se desenvolvem na Regional do Paraná.

É de justiça registarmos, também, os agradecimentos pela fidelidade e hospitalidade com que nossa Delegação foi distinguida pelos políticos paranaenses que militam em Brasília.

Ao finalizarmos estas breves considerações sobre a Convenção Nacional da ARENA, pelos seus significados e importância e por se constituírem os pontos altos do Conclave, julgamos oportuno a inserção nos Anais da Casa, dos discursos proferidos pelo Deputado Aureliano Chaves, ao saudar os candidatos e pelo Gal. Ernesto Geisel em seu nome e no do seu companheiro de chapa, Gal. Adalberto Pereira dos Santos, já como candidatos oficiais da ARENA, no encerramento da Convenção partidária e assim submetemos ao Plenário o Requerimento que encaminhamos à mesa. Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupando a Tribuna o nobre Deputado Borsari Neto, analisou a Convenção da Bancada do Governo, a ARENA. Mas no próximo dia 21, o nosso Partido, o MDB também numa demonstração do desejo dos homens da Oposição, de que haja uma abertura política, uma abertura democrática, estarão as lideranças oposicionistas celebrando em Brasília a Convenção Nacional do MDB. É evidente que o nosso Partido, não possui a maioria no Congresso Nacional, e consequentemente, a candidatura de Ulisses Guimarães, ela será uma candidatura para mostrar ao povo brasileiro que no momento em que o MDB, a exemplo da Guanabara, se fortalecer, galgar quem sabe, um dia, maioria, poderá também ter nos mais altos postos do País, elementos saídos desta agremiação partidária.

Desde já é sabido também do interesse, da perspectiva do povo brasileiro pelo resultado da Convenção do MDB porque não cabendo a povo brasileiro o direito do voto para Governador e Presidente da República, certamente, esta escolha restrita, limitada apenas à área parlamentar não é a solução



ideal para um País, em desenvolvimento como o nosso Brasil. Mas mesmo assim, lá estaremos, ao lado de vários convencionais do Paraná, para hipotecar a candidatura de Ulisses Guimarães a solidariedade de nossa parte, do MDB paranaense que confia na sua liderança, no papel reservado os líderes nacionais de nosso Partido.

Eu também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que constasse dos Anais da Casa, um movimento que está sendo feito nas cidades de Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Sertãozinho e Sertaneja, com a construção da Usina de Capiwara. Haverá uma indenização de uma grande área agrícola que vai afetar sensivelmente as lavouras dos Municípios que mencionamos. E agora no encontro realizado domingo no município de Primeiro de Maio, os proprietários rurais de Alvorada do Sul, Sertãozinho e Sertaneja, Rancho Alegre, estão pedindo às Centrais Elétricas de São Paulo que haja uma indenização à altura do valor das terras daqueles municípios que serão prejudicados com esta Usina que trará grande progresso àquela Região.

É importante, que os homens que compõem a Assembleia Legislativa do Paraná, no caso de desapropriação aqui mesmo no Paraná a exemplo de tantas, como a construção da Rodovia Londrina-Mauá, onde os proprietários até agora não receberam indenização pela desapropriação de suas terras estão contratando advogados, muitos deles pretendendo até ingressar na Justiça para serem indenizados, porque suas terras foram desapropriadas e não receberam até agora. É preciso que haja uma total seriedade para que o nosso lavrador, ao ter a sua terra desapropriada pelo Governo ou pela Central Elétrica, como a de São Paulo, não venha quem sabe a ser levado ao desespero por não ter mais a sua terra e não receber indenização.

Queremos nos associar ao movimento desses proprietários, hipotecar o nosso mais irrestrito apoio; pois se de um lado, o Norte do Paraná, vem a ser beneficiado com a construção desta grande hidrelétrica do Salto do Capivari de outro lado, já estamos vendo a preocupação, momentos de intranquilidade, por parte de proprietários que perderão suas terras, com as desapropriações.

Eles querem apenas contribuir com este progresso mas que eles também não sejam renegados e colocados a um segundo plano, recebendo da Central Elétrica de São Paulo, a indenização a que tem direito.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos retornando de Brasília, ainda guardando as impressões do que foi a monumental Convenção da Arena; dos discursos ali pronunciados, do conagraamento deste grande Partido.

Mas, o que nos traz à Tribuna, prende-se não à Convenção propriamente dita mas a nossa estada na Capital Federal. E o que presenciamos ali. Ficamos cientes de quão adiantadas vão as demarches do Governo paranaense, no sentido de se obter para o nosso Estado, algo que de há muito se reivindicava com insistência para que se traga ao Paraná, o Tribunal Regional do Trabalho.

O Governador Emílio Gomes, juntamente com o Senador Accioly Filho. Secretário do Trabalho, Dr. Zacarias Selem, Secretário do Interior e Justiça, Dr. Otávio Cesário e Chefe da Casa Militar. Cel. Ralf Sabino dos Santos, estiveram em demoradas audiências, recebidos que foram pelo Sr. Ministro Victor Russomano, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, ocasião em que se tratou desta antiga reivindicação paranaense, a instalação do Tribunal Regional do Trabalho. Soubemos que o mesmo é pleiteado pelo próprio Distrito Federal, havendo grandes probabilidades de ambos serem contemplados.

Ainda no decorrer desta semana haverá uma importante reunião no Palácio Iguaçu, com o nosso Governador Emílio Gomes, da qual deverão participar o Secretário do Trabalho, Dr. Zacarias Selem, Presidentes de Federações, Presidente da Associação Comercial, Dr. João Chabaud Biscaia; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, Dr. Elcio Narezzi, o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Prof. Eduardo Correa Lima; o Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Dr. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho; e o Delegado Regional do Trabalho em nosso Estado, Gal. Adalberto Massa.

Depois, então, esse mesmo grupo deverá estar reunido em Brasília, para definitivo contacto com sua Excia. O Ministro Victor Russomano, com vistas ao que será uma importante conquista dos paranaenses, que há tanto se ressentem da falta de um Tribunal do Trabalho deste Estado onde tantas indústrias garantem o progresso crescente à Nação Brasileira.

É uma notícia alvareira esta que levamos hoje aos meus Pares e ao povo do Paraná, através da nossa Tribuna.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, em razão do cancelamento da inscrição do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, em expediente encaminhado a esta Assembleia, assinado pelo Diretor Executivo, Nelson Victor Trombetta, encaminha cópia de Requerimento dirigido por aquela Entidade ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, um trabalho digno de destaque, porquanto trata de um dos problemas que se relacionam intimamente com a economia agrícola paranaense.

Por considerar este trabalho de valor inestimável quanto ao alertamento que se faz às autoridades federais sobre o que se convencionou já de antemão considerar o desaparecimento da triticultura em nosso Estado, é que faço a leitura deste documento para que conste dos Anais desta Casa e para que os Srs. Deputados possam com mais vagar, lendo o Diário da Assembleia Legislativa, interar-se dos detalhes e das informações nele contidas e, na medida do possível, gestionem também para que a triticultura paranaense tenha, por parte do Governo da República e das autoridades responsáveis, um tratamento mais condizente.

É o seguinte o Requerimento:

“Senhor Ministro:

A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná — OCEPAR, órgão técnico consultivo do Governo, “ex-vi” do artigo 105 da Lei n.º 5.764, de 16.12.71 representando as cooperativas filiadas voltadas à triticultura, responsáveis pela comercialização de 80% da produção paranaense de trigo, sente-se no patriótico dever de informar e alertar as autoridades federais e es-

taduais sobre as fundadas preocupações e reivindicações trazidas com crescente insistência a esta Organização, pela operosa classe dos triticultores.

Como é do conhecimento das autoridades responsáveis pelo setor de trigo, o primeiro Governo da Revolução assumiu compromisso dos mais significativos com os triticultores pátrios, quando promulgou o Decreto-Lei n.º 210, de 27.2.67, através do qual disciplinava a política do trigo no País e comprometia-se perante o agricultor, já pelo seu artigo 1.º, em determinar o abastecimento interno prioritariamente com trigo de produção nacional, complementado sempre que necessário com o produto de origem estrangeira. Com este instrumento legal o Governo Federal proporcionava ao triticultor a necessária segurança de preço e comercialização ao produto nacional, subvencionando-o mesmo em relação ao estrangeiro.

Esta decisão do Governo fez ressurgir, dentro de pouco tempo, a até então decadente cultura, despertando a admiração dos “experts” internacionais pela velocidade da resposta conseguida no setor, com o simples estímulo do preço.

O investimento social então colocado em prática pelo Governo, através do subsídio direto ao produtor, mostrou sua grande virtude, não só pelas crescentes áreas cultivadas, mas muito mais pelo fator multiplicador de novas riquezas que eram geradas a partir da cultura do trigo.

Implantava-se uma moderna rede de armazéns e silos estrategicamente distribuídos. Surgia uma florescente agro-indústria, voltada ao suprimento da cultura, pela crescente demanda de maquinaria especializada, como tratores, arados, grades, semeadeiras, carretas, caminhões, secadores, pulverizadores. Modernizava-se outrossim toda infra-estrutura de apoio ao setor para abastecimento do produtor com sementes de qualidade garantida, adubos adequados e os modernos defensivos agrícolas. Aparelhavam-se, enfim, as propriedades com a melhor tecnologia disponível no País, a fim de partir para uma escalada ainda maior, a de cultura do soja, que projetou nosso País, como segundo maior exportador dessa rica semente protética, no cenário internacional.

Ocorre, porém, que com os sucessivos reajustes dos preços de trigo a níveis inferiores aos índices inflacionários admitidos nos anos de 1970-72, os preços pagos ao produtor foram achatados de tal sorte que para a safra pendente o preço base foi fixado pelo Governo em Cr\$ 40,32, quando as últimas compr/s brasileiras no mercado livre giraram em torno de 200 dólares a tonelada, pagamento à vista, o que corresponde a aproximadamente Cr\$ 80,00 por saco de 60 kg., produto posto em nossos portos.

Face à atual conjuntura internacional de crise generalizada no setor de alimentos, com os estoques de trigo, segundo dados da FAO, nos níveis mais baixos dos últimos 20 anos, fazendo os preços subir, em 16.8.73, a níveis sem precedentes de 5,14 dólares por “libra bushel” para as entregas de setembro, o mercado deteriorou-se.

A explosiva reação dos preços é reflexo de uma realidade pouco promissora no que tange às disponibilidades de trigo para o próximo ano.

Segundo o Subsecretário Adjunto do Departamento de Agricultura, Richard Bell, a América Latina e o Sudeste Asiático não terão cobertas suas necessidades de demanda do “cereal ouro”.

Esta situação é agravada pela redução da área semeada na Argentina que para esta safra é de 4,1 milhões de hectares, com produção estimada insuficiente para seu consumo interno.

Levando-se, outrossim, em consideração o relatório anual do Conselho Internacional do Trigo, verificamos que deverá haver cerca de 57 milhões de toneladas exportáveis, comparadas com as necessidades de importação de 66 milhões de toneladas. O ano passado, acrescenta, houve 56 milhões de toneladas disponíveis para uma demanda de 64 milhões. O relatório calcula que as reservas mundiais totais de trigo poderiam cair este ano para cerca de 24 milhões de toneladas “um nível que sem dúvida, será considerado crítico por muitos técnicos.”

Analisando, por outro lado, declarações do Dr. Antonio Thomé, Superintendente da SUNAB, veiculadas pela imprensa curitibana de 1.º de setembro do corrente ano, o aumento de consumo do trigo, no próximo ano, deverá passar de 3,5 milhões de toneladas para 4,5 milhões de toneladas, diante da substituição do padrão alimentar que está ocorrendo, onde o feijão e a carne vem sendo substituídos pelo maior consumo de pão e massas em geral, face a crescente facilidade de aquisição das massas em contrapartida às dificuldades de compra daqueles produtos.

Esta tendência da população urbana merece a maior atenção das autoridades por representar a substituição de produtos de fácil cultivo e produção em todo território nacional, por um produto avidamente disputado no mercado internacional, o trigo, hoje cotado a 200 dólares a tonelada.

Diante dos preços internos de venda de trigo aos moinhos vigorando desde 11 de agosto do ano passado, ao preço de 91 dólares a tonelada, o Governo para manter o mesmo nível de preço, teve que liberar 100 milhões de dólares, contrariando seu próprio esquema econômico-financeiro. Acontece porém que este subsídio destinou-se ao consumidor final, em nada beneficiando ao triticultor brasileiro.

Alertamos ainda para a redução da área semeada de 2.538.000 hectares da safra de 1972 para cerca de 1.500.000 hectares na safra de 1973, que muito bem diz do desestímulo havido junto ao triticultor.

A situação ainda é mais grave quando atentarmos para o pouco interesse do triticultor em preparar a necessária semente para a próxima safra, mesmo porque já se faz sentir no campo desta safra, no Norte do Estado e São Paulo, a ação dos atravessadores, ofertando preços que variam de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 55,00, por saco, infringindo a legislação vigente em nítido desvirtuamento ao Decreto-Lei n.º 210.

Essa irregularidade poderá estender-se às demais regiões tritícolas do País, com sensíveis prejuízos à economia dos Governos Federal, Estadual e Municipal, pelo fato de sob a alegação da “moagem colonial” imperar a total sonegação de tributos incidentes sobre o produto. De maior gravidade, ainda se nos afigura, a total perda pelo Governo Federal, do controle da produção obrigando-se com isto a proceder maiores importações de trigo a preços que hoje ultrapassam os 200 dólares a tonelada.

Pelo exposto, julgamos ser imprescindível a revisão imediata da política de preço do trigo nacional, a título de estímulo e incremento da produção nacional.

Para tanto sugerimos a imediata revisão do preço garantia do trigo nacional para Cr\$ 50,00 a saca de 60 kg. pelos motivos que abaixo passamos a expor:

- 1) — Por representar um preço justo para o agricultor, considerando que o custo real para formação de um hectare de trigo é calculado em Cr\$ 780,00 tomando por base uma produtividade de 1.200 kg por hectare.
- 2) — Por representar um efetivo estímulo para um maior plantio de trigo na próxima safra.
- 3) — Por ensinar, à produção e preparo de semente de qualidade garan-



tida, trabalho que somente poderá ser realizado anteriormente à colheita, por estar sujeito a rígido controle sanitário pela Comissão Estadual de Sementes de Trigo do Paraná — CEST-PR.

4) — Por eliminar a dependência do País das importações do cereal estrangeiro que vem exercendo crescente pressão sobre os cofres públicos, diante da irregular situação mundial do trigo.

Face os baixos estoques existentes, restritos aos Estados Unidos e Canadá, a reduzida área cultivada pela Argentina, as prolongadas secas dos países africanos e asiáticos, as enchentes ocorridas no México, Índia, Paquistão, bem como a incerteza da colheita russa, certamente, em futuro próximo a situação do abastecimento do trigo não tenderá para uma melhora, confirmando os prognósticos e alertamentos dos especialistas da FAD, razão pela qual consideramos indispensável o incremento de nossa produção de trigo, para garantir um normal abastecimento dos grandes centros urbanos.

Outrossim, a crescente tendência à urbanização de nossa população está a exigir uma agricultura alicerçada em moderna tecnologia, organizada em moldes empresariais e implementada pela necessária infra-estrutura de apoio à produção, estocagem e comercialização das safras.

Todavia, para estimularmos nossa produção agrícola e, particularmente, a do trigo, teremos que remunerar o produtor com um preço justo.

Concluindo, transcrevemos o brilhante raciocínio de Sua Excelência, durante a entrevista que concedeu à imprensa econômica, na redação de Visão, em Novembro de 1970, por ter sido escolhido Homem de Visão daquele ano.

“Nós temos que distinguir custo privado de custo social. Em termos privados, em termos de cada um de nós, certamente o trigo gaúcho, como o trigo paranaense, será um trigo mais caro do que o trigo que poderíamos importar dos EUA, do Canadá, da França, da Bulgária. Mas se olharmos para esses países, vão ver que eles dão enormes subsídios para exportar o trigo. Eles produzem o trigo a 100 dólares a tonelada e exportam a 50. Nós produzimos a 100 e devemos consumir a 100. Do ponto de vista privado, é certamente um aumento de custo. Mas, olhemos do ponto de vista da sociedade brasileira, onde o que importa são os custos sociais. Pensemos um pouco: Se os homens não tivessem produzido o trigo, o que eles teriam feito? Nada. Teriam ficado desempregados. Se eles não tivessem usado as máquinas, se não tivessem usado as terras e não tivessem ampliado a produção, o que aconteceria? Praticamente nada. Então, vejamos qual foi o sacrifício social: o que deixamos de produzir para colher 1.700.000 toneladas de trigo? Nada. Portanto, o custo social do trigo foi rigorosamente zero. Ainda que o custo privado seja maior do que o do trigo importado, um País raciocina em termos de custo privado”.

Embora os números tenham sofrido profundas alterações, pois o preço do trigo, atualmente no mercado internacional, oscila em torno de 200 dólares, enquanto o preço garantia do trigo nacional, ao nosso triticultor, foi fixado em 112 dólares, o pensamento de S.Exa. continua sendo uma palpante realidade”.

É este o trabalho de organização das cooperativas do Estado do Paraná. Quero crer também, foi encaminhado a S.Exa. o Sr. Ministro da Fazenda, que por certo haverá de discutir com maior preocupação, juntamente com os demais membros do Conselho Monetário Nacional, aqueles que são responsáveis pela determinação do Conselho Ministerial de Preços, para que a triticultura paranaense, quero crer, a do Sul do País, a dos Estados meridionais que se dispõem a desenvolver este tipo de cultura, tenham realmente condições de continuar produzindo um produto do qual nós brasileiros não colhemos sequer 50% das nossas necessidades no consumo interno.

Deus queira que S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura se conscientize da urgente necessidade da revisão não só do preço mas, principalmente, dos estímulos que devem ser com urgência injetados para que tenhamos um aumento das áreas com uma técnica mais perfeita e um aumento de produção voltado para o progresso e desenvolvimento do nosso Estado. Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — (Pela ordem). Sr. Presidente, esta Casa tem concedido título de Cidadania Honorária, e os homenageados aqui tem comparecido para receber esta honraria. Entretanto, alguns deles, embora já há algum tempo concedido, não tiveram ainda possibilidade de serem entregues. Cito, entre estes, um, cuja autoria foi do ex-Deputado Jacinto Simões, concedendo título de Cidadania Honorária ao Sr. Mário Lopes dos Santos, Secretário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado.

Tive oportunidade, nesta Casa, de fazer um Requerimento à Mesa, pedindo designação de uma Comissão para acertar com o homenageado uma data para que S.Exa. aqui pudesse comparecer e receber o título que lhe foi outorgado.

Ainda hoje, o Nobre Deputado Antonio Lopes Júnior lembrou-me do Requerimento. E volto aqui, a formalizar, verbalmente, à Mesa um pedido para que seja designada uma Comissão para em entendimento com o Dr. Mário Lopes, acertar com S.Exa. uma data para aqui comparecer a fim de receber o título que lhe é devido. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a questão de ordem do Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, e designa uma Comissão composta pelos Srs. Deputados Olavo Ferreira, Sebastião Rodrigues Júnior e Ivo Thomazoni, para em Comissão, entrar em entendimentos com o homenageado a fim de que seja marcada a data a entrega do referido título.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente. Necessita de apoio. Aposado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 273-67, que transfere ao D.E.R., para efeito de manutenção e conservação, os serviços de demarcação e retificação topográfica da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguai, São Jorge e Novo Bilac. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 123-70, que dá nova redação aos artigos 75, 95 e 102 da Lei n.º 5.871 de 6 de novembro do 1969. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 255-70, que cria uma Escola Comercial em Tamboara. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 225-71, que autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Ciências Econômicas, na Cidade de Pato Branco. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 288-71, que autoriza o Poder Executivo conceder Bolsa de Estudos à alunos matriculados em estabelecimentos de Ensino Superior, localizado no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar, venha a falecer e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 133-72, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Grandes Rios e Faxinal, passando pela Cidade de Rosário. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 170-72, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Iolanda, Município de Ubatã. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 9-73, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a Cidade de Ponta Grossa ao Distrito de Itaiacoca. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 81-73, que declara de Utilidade Pública, o Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, com sede nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 157-73, que objetiva elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão e as funções gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Sr. Francisco Segabinazzi, ocorrido em Cornélio Procopio. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alexandre Leite dos Santos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Francisco de Souza, ocorrido em Tibagi. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Galdino da Costa, ocorrido em São Paulo. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n.º 198-73. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Secretário da Fazenda, para que sejam estabelecidas normas para a execução do acordo firmado entre os Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul isentando do ICM, as operações interestaduais com o soja e o milho para industrialização. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de entrevista publicada pela revista “Veja” do eminente paisagista Roberto Burle Marx. — **Aprovado.** (A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Pomzoni, ocorrido em União da Vitória. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 124-73 — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja formulado apelo aos Srs. Ministro da Justiça, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, no sentido de que sejam tomadas providências referentes às queimadas que se verificam às margens das rodovias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine a realização de estudos visando a aquisição pelo Poder Público, para distribuição a todas as escolas de 2.º grau da rede estadual de ensino, de exemplares do livro “Do Extase à Loucura”, de autoria do Professor e Jornalista Protásio de Carvalho, e que se constitua em libelo de alerta à comunidade contra o uso de tóxicos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo obséquio de providências no sentido de ser fornecida Viatura de Rádio Patrulha à Delegacia Regional de Polícia da Lapa. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, dos discursos proferidos pelos Srs. General Ernesto Geisel e Deputado Aureliano Chaves no encerramento da Convenção Nacional da Arena. **Aprovado.** (A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido da criação de um grupo de trabalho para estudar a viabilidade da organização de uma entidade estatal ou para-estatal, com a finalidade de proporcionar condições ao desenvolvimento do cinema paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Domício Scaramella, e Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Frederico Coradin, ocorrido em União da Vitória. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 3-72 e 29-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 28-73 — 33-73 — 4-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 89-72 — 147-72 — 186-72 — 78-73 — 106-73 e 127-73



1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 212.72 — 43.73 — 62.73 — 91.73 — 183.73 e 124.73.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BORSARI NETO, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 18-9-73.

#### "GEISEL ASSEGURA FIDELIDADE A REVOLUÇÃO"

"Falando por mim e por delegação, também, de meu prezado companheiro e amigo Ministro Adalberto Pereira dos Santos, agradeço a aclamação de nossos nomes, por esta Convenção Nacional da ARNENA, para compor a chapa partidária às próximas eleições presidenciais.

A calorosa acolhida que nos dispensa o órgão superior do Partido da Revolução, aqui reunido em solene conclave, acresce a responsabilidade, já de si mesma enorme, que tomamos conscientemente sobre nós, ao concordar na nossa indicação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Chefe legítimo de nosso Partido e expressão máxima da vontade revolucionária, o eminente General Emílio Garãstazu Médici.

Ao findar-se, quase, esta década revolucionária que o Movimento de 1964 inaugurou, transformados, ao longo do tempo, as múltiplas incertezas das primeiras horas num plano-mestre coerente para criação perseverante e entusiasta da grande Nação que sonhamos legar a nossos filhos, mais avultada, ainda, essa responsabilidade que recai sobre os que ora se vêem, impetuosamente, convocados para a missão de conduzir os rumos futuros do País, após vários anos de marcantes e indiscutíveis êxitos que assinalaram a dedicação e os beneméritos esforços da numerosa plêiade de ilustres homens públicos que a Revolução, com Castello Branco, Costa e Silva e Emílio Médici, soube mobilizar para esta extraordinária obra de edificação nacional.

Em Deus, que tudo pode, esperamos humildemente, com fé, não defraudar a honrosa confiança em nós depositada, nem frustrar generosos anseios e justas esperanças, olhos postos no bem-estar crescente do povo brasileiro e na maior grandeza da Pátria.

Não temos quaisquer compromissos de ordem pessoal. Nossos deveres são todos com a Nação — o País e o povo que tudo merecem — no sentido de governar dentro do espírito que norteia a Revolução, cujos ideais tão bem estão consubstanciados na Cartas de Princípios da Aliança Renovadora Nacional.

Não vos trago, desde logo, um novo Programa de Governo, inteiriço e acabado, nem sequer esboço. Descabido seria fazê-lo prematuro e pretensioso, daquela pretensão de poder tudo e de tudo saber, em que costumam scobrar as melhores intenções e os impulsos mais altruístas.

Um programa de governo deve ser objetivo e meditado, exigindo análise isenta e profunda da realidade, avaliação judiciosa do muito que já foi feito e do que ainda resta, multiplicadamente, por fazer-se; opção entre alternativas válidas, definição de prioridades, consideração limitativa e alocação dos recursos, técnicas e instrumentos disponíveis. E obra de planejamento, é fruto de estudo acurado, é tarefa coletiva de equipe, que demanda tempo e não dispensa o acesso a informações minuciosas, fidedignas e atualizadas.

Tal programa, no entanto, deverá inspirar-se, antes de tudo o mais, numa filosofia de governo, obedecer a uma estratégia para o desenvolvimento da Nação, adotar certos princípios metodológicos como guia seguro ao processo decisório e à própria ação governamental.

A fórmula "Desenvolvimento e Segurança", ampliando, afinal, e atualizando, ao estilo semântico dos novos tempos, o expressivo lema de nossa Bandeira, constitui a essência doutrinária da Revolução de 1964, como tem sido muitas vezes repisado e longamente enfatizado, embora perdurem dúvidas e incompreensões quando ao entendimento justo de ambos os conceitos e ao relacionamento que estreitamente os enlaca. E, em particular, quando se chega a entrever, naquele lema essencialmente dialético, o absurdo confinamento ideal das Forças Armadas ao âmbito restrito da Segurança Nacional — como se este não fora da responsabilidade, também, de toda a cidadania civil e como se, por outro lado, não se devesse à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica muito do que se tem realizado, de longa data, e ainda ora se realiza, no amplo setor do desenvolvimento do país — indústrias, estradas, transportes, comunicações, educação e o mais que seja. Nem se olvide que a elas cabe profundo reconhecimento por terem sabido, em hora terrível da nacionalidade, violentarem-se a si mesmas, em sua básica formação disciplinar e hierárquica, para, coesas, estabelecer a ordem, salvar as instituições e criar a estrutura política e social que propiciou o clima em que viceja, pujante, o atual progresso do País, e por terem, pela vigilância persistente a penosa atuação ulterior, preservado essas realizações, contra todas as investidas da subversão.

A Segurança Nacional longe está, na verdade, de ser apenas segurança militar, escudada nas armas. Em sentido mais amplo é, realmente, a capacidade moral, espiritual e material de um povo em sobrepor-se às forças antagônicas que lhe tolham o caminho do desenvolvimento, do bem-estar e da grandeza. É evidente que, sem Segurança, não haverá como promover-se o Desenvolvimento, mas de outro lado, é também evidente que certo grau de Desenvolvimento seja imprescindível à própria Segurança Nacional, sem que esta, entretanto, venha a ser elevada a um plano superior ao daquele. O Desenvolvimento tem indiscutível dominância, do todo essencial, enquanto a Segurança constitui simples condicionamento seu, que em situação de crise pode, todavia, assumir, transitoriamente, posição predominante.

Cabe a ênfase, portanto, ao Desenvolvimento Nacional — desenvolvimento para o homem e para seu grupo social — o homem inserido simbolicamente no seu contexto social, o grupo visando, em última análise ao bem-estar dos indivíduos que o integram e vivificam.

Sob o lema "Desenvolvimento e Segurança" e adotando uma Estratégia que se fundamenta no caráter essencialmente integrado do desenvolvimento social e que saiba guiar as opções no tempo e no espaço e entre vários domínios de aplicação, entre campos e setores diversos, a Doutrina de nossa Revolução completa-se com uma metodologia para a ação, necessariamente baseada na "Austeridade" e na "Honestidade de Propósitos" e caracteriza pela "Racionalidade".

Buscando interpretar, na sua essência e em sua hierarquia, as genuínas aspirações do povo brasileiro e reconhecendo-os como superiores valores sociais, aos quais lhes cumpria ajustar a ação do Estado, souberam os governantes revolucionários dar um tratamento racional à gestão da coisa pública. E, sem dúvida, a maior contribuição da Revolução de 64 ao estilo da política governamental, tem sido o uso de toda a racionalidade possível, no

processo de decisão, no planejamento metódico, na execução e controle da ação. Se isso, por si, não assegura o acerto e o êxito, deduz em muito a possibilidade de erros e fracassos, oferecendo meios de oportunos reajustamento e correções.

Por isso mesmo, os governos revolucionários, sem exceção, timbraram em valorizar a Técnica e, juntamente com o político — o homem votado pelo povo por seu mérito e capacidade de persuasão, valorizar o técnico — o homem escolhido pelo administrador por sua especialização e competência.

Nessa ordem de idéias, tenciono, de fato, seguir as grandes linhas das programações levadas a efeito pelos três últimos governos, notadamente as do atual, com o propósito básico de assegurar a melhor continuidade de ação, ao longo da ampla avenida de progresso revolucionário que tão corajosamente vem sendo rasgada.

É meu propósito, pois, levar adiante, inicialmente, a execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado pela ARENA por seus representantes no Congresso e cuja vivência, inclusive ampliações nele introduzidas, se estende ao ano de 1974.

Esse plano, convém recordar:

— tem em vista desenvolver integralmente a Nação, criando uma economia moderna, competitiva e dinâmica e realizando democracia econômica, social, racial e política, consoante a índole brasileira;

— fixa metas estratégicas setoriais altamente significativas de Educação, Saúde e Saneamento, Agricultura, Abastecimento, Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Industriais Básicas, Mineração, Energia Elétrica, Petróleo, Rodovias, Navegação, Comunicações, Habitação e Desenvolvimento Urbano, e dá extraordinário valor ao esforço de integração, seja na dimensão regional com o P.I.N., o PROTERRA, o PRODOESTE e o PROVALE, seja na dimensão social com o PIS, o PASEP e o PRORURAL;

— tem como pressupostos: a ampla disseminação dos resultados do progresso, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões; a transformação social, para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta; a estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob o regime democrático; a segurança nacional, interna e externa.

Nossa ação futura deverá ser a de prosseguir na mesma trilha, obedecendo a essa mesma filosofia de governo, a essa mesma estratégia de desenvolvimento integrado e a essa mesma metodologia racional, alícenado o êxito, em grande parte, na continuidade.

Nos primeiros meses do novo governo, dar-se-á forma ao projeto do "II Plano Nacional de Desenvolvimento", a ser submetido à aprovação do Poder Legislativo para vigorar a partir do ano de 1975. Certamente conterá inovações, ditadas pelas circunstâncias e, sobretudo, possibilidades pela evolução, pelos resultados gradativamente alcançados e que poderão permitir ao governo novas opções.

O êxito das realizações nacionais, como todo êxito, não traz em si mesmo a fragilidade das coisas necessariamente perecíveis a fragilidade das coisas necessariamente perecíveis, mas cria, intrinsecamente, novos problemas ou dilemas, por vezes mais difíceis ainda. E tanto mais quanto maior for o dinamismo do processo de mudança social.

Um país como o Brasil que ora queima etapas em seus desenvolvimentos acelerados e poderoso, saído já do rol indiferenciado das nações subdesenvolvidas, mais ainda por ingressar no círculo restrito das sociedades mais afluente, terá fatalmente, em sua marcha ascensional, como companheiras indesejáveis mas inarredáveis, incompreensões e desconfiâncias.

Senso de responsabilidade como grande nação adulta cuja voz já se faz ouvir, espírito de sã colaboração, aberto aos problemas econômicos da paz e do progresso, convívio, crença na solidariedade continental que se alicerça no imperativo geográfico e na história de vários séculos — devem inspirar-lhe o roteiro a seguir, neste mundo intranquilo e perplexo de nossos dias. Mundo em rearticulação crítica para novo sistema multipolar de equilíbrio de forças, sob a ameaça do terror nuclear ainda bipolarizado, e em face do surgimento do cenário, dantes restrito aos estados-nações, de novos protagonistas singulares, as grandes empresas multinacionais — cujo potencial para o bem, ou talvez para o mal, ainda não nos é dado avaliar.

Eis por que a Segurança é e será, talvez em escala maior, condição essencial ao próprio desenvolvimento da Nação, fundamentando ambos — o desenvolvimento e a segurança — uma política externa responsável.

Por outro lado, aquém fronteiras, ao calor desse progresso efetivo que estimula e a todos contagia, despertam, vivazes, expectativas ante dormidas na estagnação e desesperança do passado. Constituem, sem dúvida, potentes alavancas de motivação ao trabalho e ao processo criador, mas por mais justas que em si mesmas o sejam, situam-se, normalmente, bem além das possibilidades imediatas ou próximas, sempre limitadas. Preveni-las, aquietá-las, encaminhar-lhes a energia vital num sentido construtivo e mais nobre, impedir que sejam exploradas ardilosamente pelos que pretendem subverter as instituições, será também um imperativo de segurança que o desenvolvimento, sobretudo quando acelerado, por si próprio requer.

Assim, nessa dupla perspectiva, tanto introspectiva como extroversa, a solidariedade de sentimentos e a união consciente de propósitos em prol da Pátria comum, pairando bem acima de quaisquer divergências ocasionais, constituem-se de fato, no indispensável cimento à integração nacional crescente, sobre a qual nos cabe construir um futuro de grandeza.

A portentosa construção desse futuro realizar-se-á, necessariamente, no quadro do nosso regime democrático que — convém aqui destacar — obedece, entre outras, às regras fundamentais: do atendimento das aspirações do povo em geral, excluindo o domínio de interesses de indivíduos, grupos, classes ou regiões; da representatividade, com organização partidária de natureza plural; e da substituição periódica do supremo mandatário, o Presidente da República.

Tal regime, contudo, é suscetível de natural desenvolvimento, em decorrência de possibilidades ou necessidades que venham a ser criadas pela segurança e pela evolução social.

No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á, entretanto, evitar o mero formalismo, impedir o retorno ao passado condenado e não obducar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros. As modificações necessitam ser realistas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária responsabilidade efetiva, e corresponder incontestavelmente à nossa índole e à vontade política da Nação, interessada, sobretudo, em que se não quebre o clima de tranquilidade indispensável ao plano rendimento de seu labor ordenado e produtivo. Resultarão, basicamente, de progressos que se realizem na educação de nosso povo e na sua sã motivação política, tarefa, esta



última, dependente, em larga escala, da atividade das organizações partidárias.

Os partidos políticos — tanto do governo como da oposição, cada qual no papel que lhe cumpre desempenhar — são essenciais ao estilo de vida democrático, como veículos exclusivos da participação do Povo na organização do Poder e como responsáveis pela autenticidade do sistema representativo. A eles cabe, pelos seus princípios e programas, pelas lideranças em todos os níveis de atuação, pela perseverante dedicação à causa pública, pela contínua renovação de valores e oferecimento de oportunidades, particularmente aos jovens, e pelos padrões de comportamento político, concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional.

Com estas idéias, que singelamente expressas a suma do pensamento político que me inspira a ação se eleito pelo voto majoritário do Colégio Eleitoral, com o endosso decisivo da Arena, eu vos conclamo à tarefa magnífica da construção nacional que não se pode nem se deve interromper, antes impulsioná-la, decididos; e, através da Arena, partido líder que empunha a bandeira da nossa Revolução de 64, eu conclamo, em verdade, todos os brasileiros, sem distinção de classes, de credo, de profissão ou de berço, a juntar esforços e confluir vontades nessa obra criadora em que, segundo a palavra do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici, "a nação, sem qualquer abalo, continuará, em clima de tranquilidade social e política, a trabalhar pelo seu progresso, pelo seu bem-estar e pela sua felicidade".

**MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BORSARI NETO, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 18-9-73.**

#### "AURELIANO DEFINE A POSIÇÃO DOS POLÍTICOS"

"Ao verdadeiro homem público ao autêntico político, deve caber um legítimo papel na elaboração de um plano nacional. Aos técnicos, cabe a tarefa válida de estudar e propor soluções viáveis. Aos políticos, optar por aquelas, melhor afinadas com os legítimos anseios do povo", estar afirmações são do deputado Aureliano Chaves, ao saudar, em nome da Arena, os candidatos à Presidência e vice-presidência da República, generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, no encerramento ontem da Convenção Nacional do Partido. O texto do discurso, na íntegra, é o seguinte:

"Senhores Convencionais,

Compreendo a grandeza da tarefa que me foi deferida, pelo ilustre presidente nacional da ARENA, senador Petrônio Portella.

Percebo a natureza das responsabilidades, que me impõe a investitura de saudar V. Exa., senhor General Ernesto Geisel, e seu eminente companheiro, General Adalberto Pereira dos Santos.

Responsabilidades, que tanto mais se fazem maiores, quanto devo, neste instante, ser intérprete fiel e sensível de meu partido.

Creio de meu primeiro dever fazer sentir a Vv. Exas. a alegria de que todos estamos possuídos de os ver candidatos da Aliança Renovadora Nacional à Presidência e Vice-presidência da República. E que a essa alegria se associa a tranqüila convicção de que o fortalecimento dos partidos políticos, essência dos regimes democráticos, deve estruturar-se na solidariedade, que decorre da participação.

Senhores,

Os ideais da Revolução de Março de 1964 tonificam-se à medida em que dela nos distanciamos no tempo.

Resultante de uma perfeita identidade entre civis e militares, irmãos dos pelos valores cristãos e democráticos de nosso povo, vem a revolução, através de uma continuidade sistemática, guiando o Brasil para o seu grande destino.

Ao Presidente Castello Branco, cuja memória cultuamos cheios de reverência e admiração, coube a duradoura missão, que somente os estadistas podem realizar, de mudar-lhe os rumos, preservando-a dos desequilíbrios e dos excessos e assegurando-lhe a exata sintonia com as suas inspirações matizes.

Ao seu Governo o Brasil há de creditar sempre estas benemerências:

- Dissolução do dispositivo comunista, que nos ameaçando, ameaçava todo o continente;
- Restabelecimento a marutengência da ordem pública;
- Restauração da dignidade, da moralidade e da austeridade na administração;
- Abrandamento gradual da inflação;
- Recuperação do crédito no exterior.

O saudoso Presidente Costa e Silva, a quem a morte não permitiu completar a obra, realizou o significativo esforço de continuidade revolucionária, dando nitida cadência ao desenvolvimento emergente, tornando possível pelo seu antecessor.

Hoje o País, sob a lúcida e séria direção do Presidente Médici, encava o seu desenvolvimento com segurança.

Mudaram-se os setores de nossa economia. Os índices de crescimento de nosso Pruduto Interno Bruto, aliados a taxas controladas e decrescentes de inflação, já nos colocam ao nível das vinte nações mais promissoras do mundo.

Mas a lucidez e a seriedade, com que o Presidente Médici vem conduzindo o País, encontram, no respeito e na estima, que o povo lhe devota, sólido respaldo.

Respeito ao Chefe de Estado que, em nenhum momento, se distanciou da dignidade e da austeridade.

Estima ao cidadão que, mantendo-se na altitude de seu cargo, identificou-se com a alma singela de nosso povo e, em cuja família exemplar, cada brasileiro vê, a todo momento, refletidas as virtudes que lhe são mais caras.

Esses fatos convergentes fizeram com que o Brasil pudesse assistir a uma tranqüila evolução do processo sucessório.

Afirmo, sem receio de equívocos, que a candidatura de V. Exa., senhor General Ernesto Geisel, nasceu estontaneamente, como resultado de um consenso geral, e encontrou em seu companheiro, General Adalberto Pereira dos Santos, o complemento para que juntos possam enfrentar os desafios de um BRASIL GRANDE.

Consenso geral, que o Presidente da República, como o chefe natural de nosso partido, tão bem interpretara. Que esta convenção, confirmou de maneira inequívoca, e que confere ao processo de indicação um sentido marcadamente democrático. Sentido democrático, que tem na renovação de valores, em termos de unidade de pensamento, de continuidade na ação, sendo ambições personalistas de continuismo, a sua mais alta expressão, sendo isto o traço singular do Movimento Revolucionário de 1964.

Dir-se-á, senhor General Ernesto Geisel, que na sua sensibilidade de homem público experimentado, na sua respeitabilidade de militar ilustre e no seu talento de homem de empresa, amadurecido na vitoriosa administração da PETROBRAS, residem os ingredientes que o tornam o Chefe do Governo para o Brasil atual.

Desde o seu ingresso na antiga Escola Militar de Realengo, em 1925, até o exercício das elevadas funções de Ministro do Superior Tribunal Militar, em 1925, até o exercício das elevadas funções de Ministro do Superior Tribunal Militar, em 1957, sua vida tem sido pontilhada por uma ilimitada dedicação ao Brasil.

O brilho de sua inteligência rolou, no Exército, todos os cursos que frequentou e as comissões que desempenhou.

A sua passagem pela Chefia do Gabinete Militar do Primeiro Governo da Revolução, em que teve ainda participação, como Oficial de Estado-Maior, foi relevante.

No Superior Tribunal Militar, a exemplar dignidade, a independência nas atitudes e o profundo senso de justiça foram as constantes de seu comportamento.

A sua vocação administrativa se evidencia desde logo.

Ainda moço, após a Revolução de trinta (30), em que atua com destaque, exerceu de maneira eficiente, as funções de Secretário de Estado na Paraíba, promovendo-lhe a recuperação econômica-financeira.

Mas é na área do Petróleo que as suas excepcionais qualidades de administrador se fazem sentir.

A sua ação como Presidente da PETROBRAS se devem:

- O desenvolvimento geral da Empresa, com extraordinária expansão, nos principais setores de exploração-refino-transporte e comercialização;
- Grande impulso na exploração de nossa plataforma continental;
- Criação da Subsidiária de Distribuição, que, hoje, já alcançou destacada posição entre suas congêneres, no Mercado Nacional;
- Lançamento das atividades da PETROBRAS no exterior, com a criação da PETROBRAS Internacional — Bráspetro — com grandes perspectivas;
- Extraordinária expansão da Indústria Petroquímica, notadamente, com a implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste, na Bahia, e a consolidação do Pólo Petroquímico de São Paulo;
- Criação e implantação da PETROS (Fundação Petrobrás de Seguridade Social) para suplementar pensões e aposentadorias dos empregados da PETROBRAS e Subsidiárias, a par de promover outras atividades assistenciais de proteção à saúde e bem-estar social;

Reorganização Administrativa e consolidação econômico-financeira da Empresa;

Garantia, sem solução de continuidade, do pleno abastecimento de derivados de petróleo, em todo o Território Nacional.

Anima-nos assim a certeza de que teremos em V. Exa. um firme condutor deste Grande País, cujos problemas se tornam cada vez mais inquietantes, na proporção em que caminhamos, celeremente para o vertiginoso destino de Nação Plenamente Desenvolvida. Dentre esses problemas pela complexidade do universo que o envolve, está o da qualidade de vida do povo. Problemas, que são contingências normais das sociedades dinâmicas. O desenvolvimento não os elimina; muda-lhes a natureza tornando-os mais sofisticados. Apenas a estagnação é que gera o perigoso sentimento da ausência de problemas.

Dai, a formidável dimensão do encargo de V. Exa., para cujo êxito, e o desempenho não são de faltar-lhe o entusiástico apoio da Nação e no que lhe couber, do seu Partido, do nosso Partido, a Aliança Renovadora Nacional Apoio que há de traduzir-se na solidariedade franca, leal nascida da participação que gera a corresponsabilidade.

Creio, Senhor General Ernesto Geisel, que ao verdadeiro homem público ao autêntico político deve caber um legítimo papel na elaboração de um Plano Nacional.

Sentimos a injusta e tendenciosa deformação, que alguns insistem em imprimir à vida Política. Deformação que começa por considerá-la o próprio desengano e termina por inquiná-la de inútil, de vez que aos expoentes da tecnologia estaria reservada a sábia direção política.

A essa verossimilhança corresponde uma total ausência de veracidade.

Aos técnicos cabe a tarefa válida de estudar e propor soluções viáveis. Aos políticos, optar por aquelas melhor afinadas com os legítimos anseios do povo.

Não se pretende que a construção das Nações seja obra exclusiva dos políticos, mas sem eles, isto não seria possível.

A história é rica em exemplo de homens públicos, cujas vidas em determinados instantes, se confundiram com a própria vida de seus países.

No Brasil, esses vultos não são poucos. Para mim eles encontram na figura do Soldado — Estadista, Duque de Caxias, um admirável síntese.

Soldado, que não experimentou a amargura da derrota e cujas vitórias têm na marcha de flanco sobre a fortaleza de Humaitá (1868), talvez a mais empolgante ação estratégica do Continente.

Estadista, que sempre enxergou o Brasil nas suas autênticas dimensões, sobrepondo-se às lutas fratricidas e assegurando com a sua visão política, a Unidade Nacional, de que o Ponche Verde é eloquente evocação. Assim, ao verdadeiro homem público, não bastam as luzes da inteligência, a objetividade da análise. Carece ele principalmente, das virtudes supremas da paciência, da tolerância, sob égide toma decisões, aliadas à energia no executar e sustentar as decisões tomadas.

Paciência, tolerância energia que devem assegurar ao homem público o firme propósito de fazer repousar a ordem democrática dentro de conteúdos éticos. A moral está na base da política. Mesmo aqueles que superaram a afrontá-la, como Maquiável, o fizeram sob a inspiração de um sentimento ético, no caso a unidade italiana. Se por um lado recomendava ao Príncipe a doção de meios amorais por outro aconselhava as aparências da boa moral como que convencido de que isto era o que o entendimento geral dos homens reclamava dos governos. Esse conteúdo moral é tão intrínseco à política que a ele todos devem subordinar-se. Ele é invariavelmente, o inspirador do pensamento político, que norteia a ação dos governos.

Aceitamos e não sustinamos a importância da racionalização técnica. O que não se deve é correr o risco de superestimá-la. Se o nível de vida, o conforto, o bem-estar social advém de realizações e providências técnico-administrativas, isto entretanto não é todo o Bem Comum. Há neste, a transcendência de elementos espirituais que extravasam o visível das realizações materiais para penetrar na insondável destinação dos homens.

Perdoem-me por essa acanhada incursão aos valores do espírito. A ela me aventurei, porque me dirijo a homens de espírito, certo, porém, de aplicar-se-me a advertência de Northcote Parkinson, contida no prefácio, de sua obra:



"L'évolution de la Pensée Politique"

"II pense dans les limites du monde qu'il connaît".

Compreendemos as coordenadas que posicionam o mundo contemporâneo. Não temos ilusões de que a democracia como Jefferson a queria, apoiada no conceito de um Estado diminuído, cede lugar a novas realidades, modernamente ditadas, pela democracia sustentada por um Estado Social Forte. Estado Social que dando ênfase ao todo — a sociedade — deve ter na parte — o homem — o vértice de suas preocupações.

Já caminhamos muito desde 31 de março de 1964.

A Revolução, embora não carregasse, de início, em sua bagagem uma doutrina política inteiramente elaborada trouxe uma determinação — evitar os erros acumulados em mais de 70 anos de República.

Com tal balizamento demos início à experiência de um regime representativo que ajustado aos reclamos dessa fase de nosso País, tende a adquirir os necessários contornos de um Estado Democrático Moderno.

Sabemos ser, ainda, longa e árdua a caminhada, mas que será vencida.

Sentimos os deveres inerentes à Aliança Renovadora Nacional, como o grande Partido da Revolução, e cujos ideais estão consubstanciados em sua Carta de Princípios.

Sabemos de sua corresponsabilidade na permanência do Espírito Revolucionário e que isto importa em fidelidade e lealdade.

O que não entendemos é que se confundam lealdade e fidelidade com perda de consciência e ausência de veracidade na vida política. Assim se expressou o Presidente Médici em discurso pronunciado na Convenção da ARENA em 20.11.69:

"Quero o fortalecimento dos Partidos, o trato altaneiro das questões nacionais, a diversidade nos caminhos a convergência nos fins, sem que se pense necessariamente a coalizão".

Integrando-nos de corpo e de alma nessa luta pela grandeza da Pátria, colocamo-nos, decididamente, ao lado de V. Exa. Senhor General ERNESTO GEISEL e de seu ilustre companheiro General ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS e proclamamos que as suas virtudes de homem público de cidadão e o seu talento de administrador nos dão inabalável confiança em seu futuro Governo.

Para Charles Kettering.

Nada do que já foi construído, ergueu-se sem que alguém tenha sonhado com isso, alguém tenha acreditado que isso fosse possível e alguém tenha querido que isso acontecesse".

Penso que todos sonhamos, acreditamos, queremos o Brasil cada vez maior humano, cristão, feliz, democrático.

A V. Exa. Senhor General ERNESTO GEISEL como 4.º Presidente da Revolução, mercê de Deus, estará reservado um papel relevante".

Matéria cuja transcrição nos anos foi aprovada a requerimento do sr. Deputado Domicio Scaramella, em sessão realizada no dia 18.9.73.

#### "A DEVASTAÇÃO É TOTAL"

EM TODO O BRASIL, DERRUBAM-SE AS MATAS, QUEIMA-SE A MADEIRA, DESTROÍ-SE A TERRA.

Por Oswaldo Amorim

Tão rapidamente se derrubam as florestas no Brasil que um mesmo observador durante um período de tempo relativamente curto, pôde testemunhar as transformações ocorridas em territórios extensos, sem a necessidade de recorrer aos apontamentos de naturalistas de gerações passadas. Regiões novas, como o leste de Minas, o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia, com suas principais cidades desenvolvidas nos últimos cinquenta anos dão a idéia de terras cansadas, esgotadas depois de uma exploração secular. E muitos habitantes desses lugares hoje desolados contam sobre os tempos recentes, quando se encontrava caça abundante pelas matas, virgens. Durante todo o mês de julho, o paisagista Roberto Burle Marx, 64 anos, percorreu essa região que ele já conhecia de várias visitas anteriores. Mais que nunca mostrou-se decepcionado e irritado. Seu desabafo é o principal item dessa entrevista, que se estende a outros Estados brasileiros, onde fauna e flora são destruídas.

A autoridade de Burle Marx, ao apresentar suas denúncias e propor suas soluções, tem o sólido apoio de quem passou 45 anos a estudar os recursos naturais do Brasil. Ele pode dizer, por exemplo: "Em 1950, estive no Amazonas. Nas florestas inundadas, onde a água às vezes atinge 14 metros acima do leito é como se estivessemos num mar arborizado". E sua obra, por toda parte, reforça o que ele diz. A respeitável lista de seus projetos paisagísticos inclui: o parque do Flamengo, no Rio, os jardins da Pampulha em Belo Horizonte o parque do Ibirapuera e o Jardim Botânico, em São Paulo os jardins do Eixo Monumental, do Palácio do Itamaraty e do parque Zoológico, em Brasília o parque de las Américas, em Santiago do Chile o parque central de Caracas o Jardim das Nações, em Viena.

Suas declarações com grande frequência, saem ricas de poesia: "Para mim, as flores e as folhas são quase música em sua harmonia. Outras vezes, vejo-as como esculturas, como volumes que se destacam no espaço. Ou ainda sinto-as como pinturas, com seu colorido e formas caprichosas. Observo-as sob o sol e sob a chuva e certos cambiantes de luz fazem-nas parecer como pedras preciosas". Mas Burle Marx também é obrigado a ver esse mundo em processo de extinção, como nesta viagem de 4.000 quilômetros por Minas, Bahia e Espírito Santo. Então, o que ele diz nada tem de poético.

#### A DESTRUIÇÃO TENAZ E IMPIEDOSA

VEJA — Nos países desenvolvidos de um modo geral, existe uma preocupação clara e bastante antiga com a preservação da natureza. Alguns deles dificultam ao máximo o funcionamento de indústrias excessivamente poluidoras, além de defender, como a um tesouro, seus bosques e florestas. E no Brasil dono de uma das maiores reservas florestais do mundo qual é a situação?

BURLE MARX — Infelizmente, é desoladora. Acabo de fazer uma viagem, de carro, através de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo num giro de mais de 4.000 quilômetros, a fim de recolher material botânico para parques e jardins. Fiquei acabrunhado com o que vi; uma destruição tenaz e impiedosa, liquidando reservas florestais de valor inestimável. Algo profundamente lamentável.

VEJA — Essa destruição...

BURLE MARX — ... é muito maior do que se possa imaginar, sobretudo no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, onde as florestas são totalmente destruídas pelo fogo, após a retirada das árvores de valor comercial. Com isso, a vegetação de sub-bosque, as árvores e a vegetação epífita — que vive

fixada em outra, sem ser parasita — são devastadas por completo. Em consequência a fauna também vai sendo exterminada. A sensação que experimentei, e que muito me deprimiu, é que nos encaminhamos a passos largos para o completo extermínio de nossa cobertura vegetal, com nefastos resultados para o país.

VEJA — Quais seriam as consequências mais graves desse desmatamento?

BURLE MARX — ... é muito maior do que se possa imaginar, sobretudo minuição de nossos mananciais. Nascentes vão secar, rios vão virar riachos, simples regatos. E muitos deixarão de ser perenes, como já acontece no seco e sofrido sertão nordestino. Uma vez perdida a capa protetora da cobertura vegetal a terra fica inteiramente à mercê da erosão. Nas áreas equatoriais, a incidência dos raios solares sobre o solo também costuma ser devastadora, por calcinar sua camada fértil. A superfície úmida vai cedendo lugar a um solo gretado e estorricado, num fenômeno conhecido como laterização.

VEJA — A erosão, nesse caso surgiria como um fator secundário de empobrecimento da terra?

BURLE MARX — A erosão é um problema muito mais sério do que se pensa. Basta lembrar que são necessários quatrocentos anos para se criar uma polegada a meia de terra arável. Enquanto isso a erosão destrói 15 centímetros dessa terra em pouquíssimo tempo. E, como se não bastasse isso, a destruição provoca outra: a da fauna aquática, pela obstrução do leito dos rios, ribeíres e córregos. E a marcha para a desertificação total.

#### UMA PAISAGEM LUNAR PELO INTERIOR

VEJA — Os órgãos encarregados da defesa de nossas reservas naturais tomam alguma providência para impedir essa destruição? Existem fiscais em número suficiente?

BURLE MARX — Por onde andei, não vi nem ao menos parecido com fiscalização. Nada contem a fúria dos destruidores de florestas. Infelizmente, o brasileiro ainda não aprendeu a amar as árvores. E esse deplorável desamor pelas florestas é atávico. Na época da colonização, as florestas infundiam medo. Nela se escondiam os índios, com suas flechas envenenadas. Elas eram o covo da serpente, da aranha, dos mosquitos sem conta — entre eles os transmissores da malária, — das formigas. Tudo isso contribuiu para que a agressão à floresta fosse um processo continuado. E hoje a agressão é muito maior porque há mais gente derrubando matas e mais recursos para isso. Não falta nem mesmo o estímulo oficial. Quando o Presidente vai inaugurar um trecho de rodovia na Amazônia, joga-se ao chão um gigante da floresta, para se colocar uma placa no tronco decepado. Por que não colocar a placa num tronco de árvore viva, conservando-a perenemente como um imponente monumento vegetal?

VEJA — Em sua luta contra a selva, o brasileiro já obteve que tipo de vitórias?

BURLE MARX — O que vi nessa viagem de Belo Horizonte a Cachoeira, no Espírito Santo, passando por Governador Valadares (MG) e Feira de Santana (BA) e, depois de Cachoeira, descendo pela BR-101 a Translitorânea foi deprimente. A destruição é de tal maneira violenta que a gente tem a impressão de que se está querendo criar uma paisagem lunar naqueles lugares. Tiram a madeira de lei e depois põem fogo na floresta transformando o resto em carvão. Na região de Morro do Chapéu, na Bahia, onde me encantei com o belo espetáculo da cachoeira do Ferro Doido e onde se descobriu uma espécie de beija-flor que se supunha extinta há mais de um século, a flora riquíssima está sendo destruída, para facilitar a criação de gado. Ali, surpreendi um vaqueiro ateando fogo a um grupo saxícola (vegetação que cresce entre pedras). Quando lhe perguntei qual a razão da queimada, respondeu-me que estava limpando o terreno. Na verdade, estava destruindo um jardim natural que, em outros países já teria sido transformado em reserva biológica ou parque nacional.

VEJA — A região mineira, por onde o senhor passou, sofre o mesmo tipo de ataque do homem?

BURLE MARX — Entre Três Marias e Pirapora, na região guimaramiana dos sertões gerais, o viajante assiste a uma sucessão de grandes queimadas, que alcançam até 5 quilômetros de frente, como presenciou recentemente o urbanista Radamés Teixeira da Silva, de Belo Horizonte. E, ao longo de toda a estrada Belo Horizonte-Brasília o triste espetáculo da destruição dos cerrados é uma constante. Numa simples viagem, fiquei horrorizado com a sequência de queimadas. Tive a sensação de estar atravessando um mar de fogo. Ora era asfixiado pelo torvelinho de fumaça, ora o calor era tão grande que tinha medo de não chegar ao outro lado. Essas terras, que já não são boas, ficarão rapidamente muito piores pelo sistemático e impiedoso desmatamento, incentivado por uma grande siderurgia, que tem uma fome crescente de carvão vegetal. Quem viaja por ali, nessa época do ano, vê a cada instante a fumaça dos fornos de carvão extinguindo o que ainda resta de cerrado. Ainda em Minas uma das mais notáveis florestas da região leste foi destruída, atacada ao mesmo tempo pela fúria dos extratores de madeira de lei e pela cobra das siderúrgicas. O Vale do Rio Doce, antes cheio de grandes matas, foi dizimado. E, em consequência do gradativo empobrecimento do solo até mesmo o capim-colômbio, base de seu desenvolvimento pecuário por ser nativo daquela zona, está deixando de nascer. A situação é triste. Hoje, Minas tem apenas 7% de áreas cobertas de matas.

VEJA — O senhor viaja regularmente há muitos anos, por esses Estados. E, pelo que observou, as alterações da paisagem são recentes ou antigas?

BURLE MARX — Em território baiano até oito anos atrás, as matas orlavam as estradas. Hoje estão a muitos quilômetros e se distanciam cada vez mais, porque a destruição não pára. E, onde existiu uma flora exuberante, crescem apenas as espécies invasoras que inibem o desenvolvimento das demais. No Espírito Santo, vi uma região que me deslumbrou há trinta anos, pela sua beleza inteiramente transformada. O vale dos Pancas, perto de Colatina, foi um dos mais belos monumentos da natureza que vi em minha vida. Há sessenta anos tinha tribos de índios. Além das matas, crescia nas encostas e nas grandes montanhas de pedra uma flora sui generis, de uma riqueza extraordinária. Há vinte anos, quando estive lá pela segunda vez, a região ainda era bela. Da última vez, recentemente fiquei assombrado com a modificação não só climática, como pelo desaparecimento de um grande número de espécies que faziam o encantamento de todos os botânicos. O que resta continua sendo destruído pelos machados e pelo fogo, esses velhos inimigos das florestas. A erosão, também se processa de modo violentíssimo. Ainda se pode salvar uma pequena parte desse autêntico tesouro vegetal. Mas é preciso andar depressa. Do contrário, nada restará.



POR TODOS OS LADOS, A QUEIMADA

VEJA — Em suas andanças pelo Brasil, o senhor presenciou destruições desse tipo em outros Estados?

BURLE MARX — Infelizmente, por todos os lugares, por todas as partes. Ainda agora, vi a incrível devastação que uma companhia mineradora está fazendo na bela serra do Curral, em Belo Horizonte, um local de flora variadíssima empobrecendo a paisagem de uma das maiores cidades do país. A destruição ao longo da Belém-Brasília é assustadora, com uma faixa devastada de 2 a 3 quilômetros, para os lados da estrada se alargando em alguns trechos até 40 quilômetros. E isso em todo o percurso. No Maranhão, vi uma estrada estadual, aberta para ligar São Luiz a Belém-Brasília, na altura de Açailândia com 1 quilômetro de desmatamento de cada lado, quando deveria ter apenas 40 metros. Passei por lá em 1969 e vi os troncos fumegantes na margem da estrada. Voltei agora ao Pará e encontrei uma série de grandes indústrias madeiras espalhando pelo Estado. No Paraná e em Santa Catarina, a "Araucaria brasileira", as florestas de pinheiros, está desaparecendo. Em seu lugar planta-se o "Pinus elliotti" que cresce rapidamente nos dois primeiros anos mas que está condenado ao fracasso por seu comportamento ecológico.

ATÉ A AMAZONIA ESTÁ SOB AMEAÇA

VEJA — As grandes cidades, com exceção de Belo Horizonte, que o senhor já citou, estariam a salvo desse processo?

BURLE MARX — De fato não precisamos ir longe para dar exemplos de destruição. Basta ver o que se faz aqui mesmo no Rio, em Jacarepaguá, onde existe uma flora de riqueza enorme, com milhares de plantas adaptadas às condições climáticas do lugar — cajueiros, quaresmeiras, pitangueiras e tantas outras. Pois bem toda essa flora está sendo destruída para se plantar casuarinas e eucaliptos. Não se leva absolutamente em conta a necessidade de conservar as variedades existentes e com isso, preservar o caráter local, de grande interesse botânico. Na pedra de Itaúna, no início da Rio-Santos a vegetação foi em parte arrasada, apesar de o local ser tombado. Dentro do Rio mesmo houve a deplorável mutilação do Jardim Botânico que teve uma grande parte cedida ao Jockey Clube. Na primeira área, existia uma raríssima coleção de plantas do baixo Amazonas, trazidas pelos botânicos Barbosa Rodrigues e Ducke Kulman. Essa coleção servia para estudos intimamente ligados à cultura brasileira. E a destruição não ocorre apenas na flora da Guanabara. Na baía de Sepetiba, a pesca predatória, sobretudo com rede de balão, que vai remexendo o fundo e destruindo os nutrientes vitais aos peixes, está acabando com a fauna. Além de mal feita, a pesca também é contínua sem respeito às épocas de desova e procriação. A própria baía de Guanabara, com uma poluição violentíssima, não é mais sombra do que foi, quanto à piscosidade.

VEJA — Um outro extremo: apesar de sua imensa extensão a floresta amazônica corre perigo?

BURLE MARX — Aos que me perguntam isso, eu costumo lembrar que o Brasil tinha mais de 300 quilômetros de florestas virgens da costa para o interior, ao longo de grande parte de seu litoral. Hoje, essas florestas praticamente desapareceram.

VEJA — E o que fazer para evitar a destruição da Amazônia?

BURLE MARX — Racionalizar e disciplinar o mais possível todo projeto na área, seja de ocupação ou referente à abertura de uma estrada. Cada projeto deve ser sempre acompanhado por uma equipe de técnicos em silvicultura e botânicos. É preciso defender com unhas e dentes a ecologia da região. Partir para o desmatamento indiscriminado é abrir caminho para a desertificação. É preciso lembrar que as florestas são grandes retentoras das águas das chuvas. Sua destruição implicará uma vazão mais rápida dessas águas, agravando o problema das enchentes. Nas regiões desmatadas, os rios afinam na estiagem, para engrossar subitamente por causa das chuvas fortes em suas cabeceiras e curso médio. Por isso, a destruição da cobertura vegetal, na Amazônia ao mesmo tempo que reduziria o volume normal dos rios, aumentaria a violência das cheias, para desespero das populações ribeirinhas.

VEJA — O senhor tem criticado o reflorestamento no Brasil. Por quê?

BURLE MARX — Não sou contrário ao plantio de árvores para fins comerciais. Mas derrubar florestas naturais e, no lugar plantar florestas homogêneas é um absurdo. E o pior é que esse absurdo tem amparo legal. A Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, diz em seu artigo 19: "Visando ao maior rendimento econômico, é permitido aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em homogêneas executando o trabalho de derrubada a um só tempo ou sucessivamente, desde que assinem antes do início dos trabalhos, perante a autoridade competente, termo de obrigação de reposição e trato culturais". O reflorestamento geralmente é feito com o "Pinus elliotti" e o eucalipto. Que isso seja feito em terras já devastadas compreende-se. Mas botar abaixo uma floresta natural para plantar essas espécies não tem sentido. Nas matas de eucalipto não há alimentos para os pássaros nem para os bichos. São matas silenciosas, onde só se ouve o ruído dos ventos agitando a copa das árvores. Quer dizer: estão trocando matas cheias de vida por florestas seqüenciais. É preciso melhorar as leis e criar, imediatamente uma fiscalização eficiente e severa, para defender nossas reservas florestais e a natureza em geral. O governo precisa agir com rapidez e energia, para salvar o que resta de nossas fabulosas reservas naturais.

VEJA — Além das leis e da fiscalização, haveria outras medidas a tomar?

BURLE MARX — Incentivar e orientar a multiplicação de parques estaduais por todo o país seria uma medida de largo alcance. Com isso, as cidades, além de preservar a flora típica da região, criariam um local de recreação. "É TEMPO DE AMAR A NATUREZA"

VEJA — E especificamente quanto ao reflorestamento?

BURLE MARX — Acho que é obrigação do governo fomentar o plantio de madeiras nobres. Por que se plantarem apenas árvores estrangeiras, como o eucalipto e o "Pinus elliotti"? Quais são os hortos que estão preocupados em fazer reflorestamento com madeiras brasileiras? Enquanto isso, continua a impiedosa derrubada de essências nobres como o cedro, jacarandá, pau-ferro, sicupira, massaranduba, pau-de-vinho, pau-rosa, pau-marfim, pau-brasil, jequitibá, jatobá, ipê-roxo; imbuiba; mogno aroeira e muitas outras. E essas árvores não são replantadas. Será que ninguém pensa no futuro? O mal do Brasil é que agimos visando a resultados imediatos; ninguém está plantando para o futuro. A meu ver, a política do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal deveria fazer uma ampla abertura nesse sentido. A propósito, por que não fazer a arborização das cidades preferentemente com árvores brasileiras, apropriadas para isso, em vez de se usarem sistematicamente plantas

exóticas, como acontece hoje no país inteiro? Outra coisa: se existe uma técnica que permitiu o extraordinário desenvolvimento das culturas de verduras e frutas entre nós por que não desenvolvemos também uma técnica voltada para a silvicultura, a fim de aperfeiçoarmos e acelerarmos nossos processos de florestamento e reflorestamento?

VEJA — E quanto ao povo, que tão pouco sabe a respeito dos prejuízos que ele próprio acarreta com as queimadas, o que poderia ser feito?

BURLE MARX — Creio que e tempo de o Brasil aprender a amar a natureza — as florestas, os rios, os lagos, os bichos os pássaros. Creio que é preciso reformular nosso conceito de patriotismo. Patriotismo para mim, é proteger o nosso patrimônio. Artístico, cultural, e a terra que nos dá tudo isso".

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE POLÍCIA

3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DA 4.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e três, às 16 horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Polícia, com a presença dos Senhores Deputados, Antonio Belinati, Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, Marciano Baraniuk e Nelson Buffara. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, sendo relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 437-67 — de autoria do Deputado Olívio Belich, que são providos ao Posto ou Graduação imediatos os militares da P.M.E. incapacitados, definitivamente, para o serviço ativo, e dá outras providências. Relator Deputado Marciano Baraniuk. Parecer pela Rejeição. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 12-73 — de autoria do Deputado Nelson Buffara, que cria na sede do município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito. Relator Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 110-73, que aprova convênio firmado entre o Governo do Estado e o município de Loanda, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do Funrespol e da Verbas do orçamento do referido município. Relator Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 18-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 19-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através a Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaucha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando fornecimento de equipamentos as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 102-73, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xamborê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção dos mesmos. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 31-73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Telmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido município. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 18-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná — Secretaria de Segurança Pública, com os municípios de Imbituva, São Jorge, Altonia, Adrianópolis, Rondon, Barracão, Indaiatuba, Cianorte e Sertãozinho objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator Deputado Marciano Baraniuk. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 76-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios de Piraí do Norte e Jussara, objetivando a implantação do complexo de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos municípios. Relator Deputado Marciano Baraniuk. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por Lóris Cordeiro de Barros, Secretário de Comissão e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Antonio Belinati — Presidente

a) Lóris Cordeiro de Barros — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 6.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Reuniões, às 9,30 horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quiesse C. da Silva, com as presenças dos Senhores Deputados Membros desta Comissão, havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia quando foi relatado o seguinte projeto: PROJETO DE LEI N.º 157-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 69, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva elevar os vencimentos dos Cargos Efetivos e em Comissão e as Funções Gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — com emendas da Constituição e Justiça, aprovados. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente Reunião, da qual para constar, eu Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quiesse C. da Silva — Presidente

Teresinha B. de M. e Claro — Secretária



## COMISSÃO DE REDAÇÃO

## 7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA 22.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Basílio Zanusso apresentou Redação Final aos seguintes Processos: — PROJETO DE LEI N.º 273-67 — de autoria do Deputado Luiz Cruz, que transfere ao D.E.R., para efeito de manutenção e conservação, os serviços de demarcação e retificação topográfica da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Merdaguauçu, São Jorge e Novo Bilac. PROJETO DE LEI N.º 123-70 — de autoria do Deputado José de Alencar Furtado, que da nova redação aos artigos 70, 95 e 102 da Lei n.º 5.871 de 6 de novembro de 1968. PROJETO DE LEI N.º 255-70 — de autoria do Deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Tamboara. PROJETO DE LEI N.º 288-71 — de autoria do Deputado Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo, conceder bolsa de estudos a alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, localizado no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar, venha a falecer e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 133-72 — de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Grandes Rios e Faxinal, passando pela cidade de Rosário. PROJETO DE LEI N.º 81-73 — de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública, o Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 170-72 — de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Iolanda, município de Ubitatã. PROJETO DE LEI N.º 225-71 — de autoria do Deputado Cândido Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, criar como Fundação de Direito Público uma Faculdade de Ciências Econômicas, na cidade de Pato Branco. — APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

- a) Gilberto Carvalho — Presidente  
a) Lélío Guimarães Sotto-Maior — Secretário

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 273-67

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, os serviços de demarcação e retificação da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguauçu, São Jorge e Novo Bilac.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-9-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — ANTONIO LOPES JÚNIOR — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 123-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º. os artigos 70, 95 e 102 da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 70. O professor tem direito, no período de férias, a todas as vantagens que lhe são asseguradas por esta Lei.

Art. 95. Quando licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou doença profissional, o professor recebe integralmente os vencimentos e as vantagens obtidas no exercício do magistério.

Art. 102. À professora gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por 3 (três) meses, com direito à percepção dos vencimentos integrais e vantagens obtidas no exercício do magistério”.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-9-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — ANTONIO LOPES JÚNIOR — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 255-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica criada uma Escola Comercial em Tamboara, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-9-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — ANTONIO LOPES JÚNIOR — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 225-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, como Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, e na Lei Estadual n.º 4978, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), uma Faculdade de Ciências Econômicas, na cidade de Pato Branco.

Art. 2.º. O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento do estabelecimento de ensino criado por esta Lei.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-9-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — ANTONIO LOPES JÚNIOR — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 288-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, localizados no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar, venha a falecer, uma bolsa de estudo reembolsável no prazo máximo de 15 (quinze) anos, contados da graduação no respectivo curso, do valor correspondente às anuidades cobradas pelo estabelecimento.

Art. 2.º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro de 90 (noventa) dias, estabelecendo, entre outras disposições, a forma da concessão do benefício e o sistema de amortização.

Art. 3.º. As despesas com a execução desta Lei, correrão pela dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-9-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — ANTONIO LOPES JÚNIOR — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 133-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem — D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Grandes Rios ao Município de Faxinal, passando pela cidade de Rosário.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-9-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — ANTONIO LOPES JÚNIOR — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 170-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na sede do Distrito de Vila Iolanda, Município de Ubitatã, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-9-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — ANTONIO LOPES JÚNIOR — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 9-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Ponta Grossa ao Distrito de Itaipococa, em um trecho aproximado de 20 quilômetros.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-9-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — ANTONIO LOPES JÚNIOR — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 81-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO DE ENSINO DJANIRA E ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12-9-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — ANTONIO LOPES JÚNIOR — Relatores

## RESOLUÇÃO N.º 35-73

DATA: 11 de setembro de 1973.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando cooperação Técnico e Capacitação de Recursos Humanos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério de Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde Pública do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando a prestação de cooperação técnica e capacitação de recursos humanos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 11 de setembro de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

## RESOLUÇÃO N.º 36-73

DATA: 11 de setembro de 1973.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do sistema Estadual de Planejamento, Orçamentação e Modernização Administrativa.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do sistema Estadual de Planejamento, Orçamentação e Modernização Administrativa.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 11 de setembro de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente